



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Cíntia Gomes Ribeiro

**Do RSI ao CLICK – UMA NOVA OPORTUNIDADE
PARA PÚBLICOS VULNERÁVEIS EM SITUAÇÃO DE
DESEMPREGO
(O CASO DE MATOSINHOS)**

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia orientado pela
Professora Doutora Madalena Duarte e apresentado à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra**

Outubro de 2020

Do RSI AO CLICK – UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA PÚBLICOS VULNERÁVEIS EM SITUAÇÃO DE DESEMPREGO (O CASO DE MATOSINHOS)

Cíntia Gomes Ribeiro

**Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia apresentado à Faculdade
de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre**

Orientadora: Prof. Doutora Madalena Duarte

Coimbra, 2020



**FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**

Agradecimentos

No decorrer não só da redação do presente relatório, mas também de todo o meu percurso académico, várias foram as pessoas que iluminaram os meus dias e os tornaram melhores. A todas elas quero prestar o meu maior agradecimento.

Em primeiro lugar, devo agradecer às pessoas mais importantes da minha vida, os meus pais, que com muitos esforços e dedicação, me deram a oportunidade de ingressar no Ensino Superior e chegar até aqui.

À minha avó Idalina por ser uma inspiração para mim e por sempre me ter dado a mão, em todos os momentos da minha vida.

Às minhas amigas que têm sempre uma palavra de apoio e com quem vivi momentos inesquecíveis. À Ana, à Raquel, à Mafalda e à Carina o meu obrigada.

Às duas pessoas que acompanharam de perto o meu estágio, as minhas orientadoras. À professora doutora Madalena Duarte pela sua disponibilidade e à minha orientadora na entidade acolhedora, a Dra. Graça Costa que se mostrou, desde o momento em que me conheceu, pronta a ajudar-me.

Aos participantes do Projeto *Click*, em especial àqueles que me cederam as entrevistas que foram cruciais ao estudo.

Devo também expressar a minha gratidão à EAPN Portugal e a todos os seus funcionários, que desde o primeiro dia me receberam de braços abertos e permitiram que o meu estágio se desenvolvesse da melhor forma possível.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a Coimbra, por ter sido a cidade que me acolheu durante 4 anos e fez deles, os melhores da minha vida.

Resumo

O presente relatório resulta da realização de um estágio curricular na Rede Europeia Anti Pobreza – EAPN Portugal, constituindo uma peça fundamental para a obtenção do grau de mestre em Sociologia, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A missão da EAPN Portugal, enquanto Organização Não Governamental, passa por cooperar na construção de uma sociedade mais justa e recíproca, em que todos sejam corresponsáveis na salvaguarda do acesso dos cidadãos a uma vida digna, fundamentada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva.

Enquadrado no Acordo de Cooperação entre a EAPN Portugal e o IEFP, IP, o meu estágio teve como foco principal o desenvolvimento de funções na intervenção de grupos vulneráveis na área da empregabilidade através do Projeto *Click* e ainda no domínio de informação e sensibilização sobre os desafios e oportunidades da digitalização e o futuro do trabalho, através de um ciclo de workshops organizados em parceria pelas duas entidades.

O desemprego constitui-se um problema na sociedade em que vivemos com impactos, muitas vezes, incontornáveis. Face à crise económica internacional e à subsequente crise da dívida pública nacional que acentuaram a conjuntura de débil crescimento económico que se confirmava em Portugal desde o início do milénio, também a economia portuguesa sofreu repercussões. O desencadear da crise a partir de 2008 levou a uma situação em que as carências dos trabalhadores e desempregados são crescentes e urgentes, evidenciando, neste período, o número de pessoas a trabalhar em empregos precários e mal remunerados.

O objetivo desta investigação é o de perceber de que forma o desemprego alterou a vida dos participantes do Projeto *Click* e qual o impacto do projeto nas suas trajetórias.

Palavras-chave: Desemprego; Crise Económica; Impactos; Públicos vulneráveis

Abstract

This report is the result of a curricular internship at the European Anti-Poverty Network - EAPN Portugal, constituting a fundamental piece to obtain a master's degree in Sociology, by the Faculty of Economics of the University of Coimbra.

EAPN Portugal's mission, as a Non-Governmental Organization, is to cooperate in the construction of a more just and reciprocal society, in which everyone is co-responsible for safeguarding citizens' access to a dignified life, based on respect for Human Rights and the full exercise of informed, participatory and inclusive citizenship.

As part of the Cooperation Agreement between EAPN Portugal and IEF, IP, my internship had as main focus the development of functions in the intervention of vulnerable groups in the field of employability through the Click Project and also in the domain of information and awareness about the challenges and opportunities of digitalization and the future of work, through a cycle of workshops organized in partnership by the two entities.

Unemployment is a problem in the society in which we live, with impacts that are often unavoidable. In the face of the international economic crisis and the subsequent national public debt crisis that accentuated the context of weak economic growth that was confirmed in Portugal since the beginning of the millennium, the Portuguese economy also suffered repercussions. The triggering of the crisis in 2008 led to a situation in which the needs of workers and unemployed are growing and urgent, showing, in this period, the number of people working in precarious and poorly paid jobs.

The purpose of this investigation is to understand how unemployment has changed the lives of the Click Project participants and what the impact of the project is on their trajectories.

Keywords: Unemployment; Economic crisis; Impacts; Vulnerable audiences

Lista de abreviaturas e siglas

CEE – Comunidade Económica Europeia

DLD – Desempregado de Longa Duração

EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza (*European Anti Poverty Network*)

FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

IEFP, IP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

NEET – *Not in Education, Employment or Training*

ONG – Organização Não Governamental

RSI – Rendimento Social de Inserção

UE – União Europeia

UEM – União Económica e Monetária

Índice de Figuras

Figura 1 – Taxa de Desemprego: total e por grupo etário (%)	21
Figura 2 - População desempregada há 1 ano ou mais: total e por grupo etário	23
Figura 3 – Taxa de Desemprego: total e por sexo (%).....	24
Figura 4 - Taxa de Desemprego: total e por nível de escolaridade completo (%).....	24
Figura 5 - População empregada: total e por grandes setores de atividade económica	25

Índice de Tabelas

Tabela 1- Características gerais de todos os participantes do Projeto Click da 2ª edição de 2019	45
Tabela 2 - Tabela síntese das categorias e subcategorias referentes à análise das entrevistas.....	50
Tabela 3 - Percorso profissional dos entrevistados.....	53
Tabela 4 - (Re)inserção profissional	55
Tabela 5 - Consequências do desemprego.....	58
Tabela 6 - Apoios prestados aos entrevistados.....	60
Tabela 7 - RSI	62
Tabela 8 - Satisfação com o Projeto Click.....	70

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Lista de abreviaturas e siglas	iv
Índice de Figuras	v
Índice de Tabelas	v
Introdução	1
Capítulo I – O Desemprego em Portugal: Revisão Teórica	3
1. <i>O conceito de Desemprego</i>	3
2. <i>Causas e consequências do desemprego em Portugal</i>	5
2.1. <i>As causas do desemprego em Portugal</i>	5
2.2. <i>As consequências do desemprego em Portugal</i>	7
3. <i>Medidas de proteção social destinadas aos desempregados</i>	8
3.1. <i>Os beneficiários de RSI</i>	9
4. <i>Viver o desemprego – Das vulnerabilidades às estratégias</i>	12
Capítulo II – Das fragilidades da Economia Portuguesa ao Desemprego	15
1. <i>Breve Contextualização da Economia Portuguesa – Integração Europeia, Adesão ao Euro e Repercussões Económicas das últimas décadas</i>	15
2. <i>Crise Económica e efeitos no Mercado de Trabalho</i>	18
3. <i>Números do desemprego em Portugal nas últimas duas décadas – uma análise geral</i>	21
Capítulo III – Enquadramento do estágio	27
1. <i>Organização acolhedora do estágio – EAPN</i>	27
2. <i>Acordo de cooperação da EAPN Portugal e IEFP, IP – Plano de Ação de 2019</i> ...28	
3. <i>Projeto Click – Ativar competências de empregabilidade</i>	30
3.1. <i>História do Click</i>	30
3.2. <i>Objetivos do projeto</i>	31
3.3. <i>Destinatários e Parceiros</i>	32
3.4. <i>Etapas do projeto</i>	32
3.5. <i>Metodologia</i>	34

4. <i>“Para um futuro digital mais inclusivo: desafios e oportunidades”</i>	35
Capítulo IV – Estágio	38
1. <i>Porquê fazer estágio?</i>	38
2. <i>Ambiente de estágio</i>	38
3. <i>Atividades desempenhadas durante o estágio</i>	40
Capítulo V – Metodologia	44
1. <i>Escolha metodológica utilizada</i>	44
2. <i>Universo e construção da amostra</i>	44
3. <i>Planificação e realização das entrevistas</i>	47
4. <i>Observação não participante</i>	48
Capítulo VI - Apresentação e Análise de Resultados	49
1. <i>As vivências do desemprego</i>	51
2. <i>Avaliação do projeto Click por parte dos entrevistados</i>	63
Considerações Finais	73
Referências Bibliográficas	77
ANEXOS	81

Introdução

O presente relatório resulta da realização do estágio curricular no âmbito do Mestrado em Sociologia, que teve lugar na Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN Portugal) no Porto, onde se encontra a sede da ONG em Portugal.

A oportunidade de fazer o estágio curricular na EAPN Portugal surgiu através do meu interesse e curiosidade em fazer um estágio que me permitisse trabalhar na área dos Direitos Humanos. Assim, estabeleceu-se um protocolo entre a FEUC e a EAPN Portugal, para que o meu estágio se realizasse nesta instituição.

A minha escolha em optar pelo estágio para a finalização do mestrado, deveu-se ao facto de considerar que a experiência de desempenhar diversas atividades pertinentes para o desenvolvimento não só profissional, mas também pessoal, seria algo não só desafiante como promissor para a minha futura integração no mercado de trabalho. Além da experiência e aprendizagens adquiridas e desenvolvidas durante o período de estágio, outro aspeto que creio que foi fundamental para a minha evolução pessoal, foi ter saído da minha zona de conforto, porque não só trabalhei com uma equipa muito mais experiente do que eu e com uma capacidade de trabalho muito superior à minha, assim como tive de deixar a cidade onde estudei por quatro anos, para ir estagiar para outra que me era desconhecida e à qual tive de me adaptar.

Tendo o meu estágio sido integrado no Projeto *Click*, um projeto que procura ativar competências de públicos vulneráveis, em situação de desemprego, com o objetivo de os capacitar para o mercado de trabalho, a temática da presente investigação é precisamente a realidade do desemprego.

O desemprego enquanto fenómeno social merece o nosso reparo, na medida em que assume, cada vez mais, uma acentuada importância nas sociedades atuais, principalmente em Portugal, onde a taxa de desemprego nas últimas décadas se tem mostrado bastante alta.

Tendo em conta esta (triste) realidade, o objetivo do meu estágio bem como da minha análise, prende-se com os impactos que este fenómeno trouxe à vida dos participantes do Projeto *Click*, as vulnerabilidades que a ele estão associadas, a forma com que os participantes lidam com o desemprego e, se o Projeto *Click* teve um contributo positivo nas suas trajetórias.

Este relatório estrutura-se assim em seis capítulos, sendo que o primeiro corresponde à revisão teórica sobre o fenómeno do desemprego e tudo o que implica viver nessa situação. Considerei relevante, que no segundo capítulo, fosse estabelecida uma ligação, ainda que de forma generalizada, à economia portuguesa que, nas últimas duas décadas se tem revelado débil e desequilibrada, culminando em taxas de desemprego deveras elevadas.

O terceiro capítulo relaciona-se com o enquadramento do estágio, onde se menciona a entidade que acolhe o estágio, o acordo de cooperação entre a EAPN Portugal e o IEF, IP, onde se insere o Projeto *Click* que foi o foco desta investigação e ainda um ciclo de workshops que também se inserem no acordo e dos quais participei. Neste seguimento, o quarto capítulo contém informações mais detalhadas acerca do estágio em si, como o ambiente dentro da instituição e as funções que desempenhei durante esse período.

Por fim, os dois últimos capítulos concernem à opção metodológica escolhida e à análise dos resultados. No quinto capítulo explico a escolha das entrevistas como método utilizado para a análise, a construção da amostra dentro do universo de participantes do projeto, a planificação das entrevistas e ainda a observação não participante, outra técnica à qual recorri ao longo do estágio para o meu estudo. No sexto e último capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos das entrevistas, dividindo os mesmos por dois pontos, de forma a contextualizar as vivências de cada entrevistado e, de seguida, analisar a sua perceção e avaliação face ao Projeto *Click*.

1. O conceito de Desemprego

O desemprego é uma realidade incontornável nas sociedades ocidentais contemporâneas. Importa entender que, apesar das diversas ligações entre fenómenos de distinta ordem, tal como transformações nos modos produtivos, a reorganização de empresas e a precarização das relações de trabalho, o desemprego é uma manifestação, bastante observável, das mutações globais que têm ocorrido no mundo do trabalho, com repercussões em vários domínios e escalas. (Caleiras, 2008; Beck, 2000; Castel, 1995; Gorz, 1988)

A partir dos anos 70, dá-se uma transformação no sistema produtivo e, conseqüentemente, uma mudança na sociedade. Neste período, o padrão da flexibilização desenvolve-se, em termos de tempo de trabalho e da sua localização. De acordo com Beck (1998) os empregos para toda a vida e a tempo inteiro “convertem-se em empregos a tempo parcial do tipo mais variado” difundindo, desta forma, as configurações plurais e flexíveis de emprego, onde as fronteiras entre o trabalho e a desocupação são mais fluídas.

O mercado de trabalho passou a ser caracterizado por sistemas de subemprego, flexível e plural ampliando a exposição dos indivíduos aos riscos sociais, entre os quais, o desemprego. A crise do mercado de trabalho conduziu à perda de segurança, característica da sociedade industrial, aumentando a difusão da insegurança, da dúvida e dos riscos sociais, como a precariedade das condições de trabalho e o desemprego massivo.

É de notar que o desemprego não corresponde a um estado ou a uma condição estática, sendo que há experiências de desemprego muito diferenciadas. Ainda que se reconheçam características comuns às experiências do desemprego, existe uma larga variedade de condições e contextos que cada pessoa vive o desemprego.

A situação de desemprego representa-se, comumente, pela perda e/ou não obtenção de um posto de trabalho regulamentar, seguida da procura de novos postos de trabalho e combinada, ou não, com trabalhos instáveis, considerando o trabalhador capaz para a prática das funções solicitadas.

Segundo a definição do INE,

Os "desempregados" incluem todas as pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período de referência, estavam: a) "sem trabalho", isto é, não estavam num emprego remunerado ou num emprego por conta própria; b) "atualmente disponíveis para trabalhar", isto é, estavam disponíveis para um emprego remunerado ou por conta própria durante o período de referência; c) "à procura de trabalho", isto é tinham dado passos específicos num período recente especificado no sentido de procurarem emprego remunerado ou por conta própria. (INE, s.d.)

O desemprego é mais do que a falta de trabalho e compreende quer indivíduos que estão à procura de novo emprego, ou seja, que já trabalharam antes, bem como indivíduos que estão à procura do primeiro emprego, isto é, que nunca trabalharam. Podemos ainda diferenciar os tipos de perda de emprego, por voluntário e involuntário. A privação involuntária de emprego pode ter na sua origem: um despedimento; a cessação do posto de trabalho; o fim de um contrato (e a não renovação do mesmo); e o encerramento da empresa. Por outro lado, o desemprego pode não advir de uma perda de emprego, mas da saída voluntária, quer por razões de insatisfação com o mesmo, quer pela possibilidade de surgimento de novas alternativas, ou ainda devido a mudanças no estilo ou condição de vida. Assim, o desemprego é voluntário e pode formar uma estratégia dentro de uma trajetória de progresso de carreira consciente.

Esta conceção de desemprego limita-se, portanto, à falta de emprego remunerado e socialmente reconhecido em termos profissionais, tendo como referência o emprego e não o trabalho não remunerado, num sentido lato. Embora o conceito de trabalho e emprego se sobreponham na nossa sociedade, "trabalho" não se reporta apenas àquele que é pago, no contexto de uma profissão, alargando-se a outras atividades ocupacionais não remuneradas, mas que conduzem a uma determinada produtividade, seja de bens ou serviços, para si ou para os outros. Podemos tomar como exemplo, as pessoas desempregadas que trabalham, cultivando alimentos nas suas hortas e, que daí, vão retirando alguns produtos que ajudam a fazer face às suas necessidades básicas. A noção de emprego restringe-se ao trabalho que é remunerado no contexto de uma profissão de contornos definíveis, e socialmente reconhecida como tal. (Padre, 2012)

2. Causas e consequências do desemprego em Portugal

Este ponto tem como objetivo analisar as principais causas que levam ao desemprego para que possamos perceber a sua trajetória crescente. É também relevante abordar as consequências que este fenómeno acarreta consigo nas sociedades e nos indivíduos.

2.1. As causas do desemprego em Portugal

Como abordarei no próximo capítulo, é de conhecimento geral que, nos últimos anos, a economia portuguesa tem sido bastante condicionada a diversos níveis, que em última análise têm contribuído para um aumento do desemprego.

Uma das causas responsáveis por este fenómeno é a concorrência de países produtores de bens a baixo custo, isto é, o surgimento de mão-de-obra concorrente barata, particularmente da China e da Índia que, assim, tem levado à deslocalização de algumas unidades industriais para esses mercados, considerados mais atrativos. (Sá, 2014) Sendo que, não é de estranhar que a globalização, apesar de ter trazido imensas vantagens a diversos níveis da sociedade, seja apontada como uma das principais causas do desemprego. Segundo Jorge Caleiras (2008), a economia portuguesa não passou ao lado dessas transformações. Muitas empresas deslocalizaram-se, outras reestruturaram-se, outras ainda, sujeitadas à competição externa, aparentam estar incapacitadas de sobreviver neste quadro devido às suas debilidades estruturais. O efeito tem-se mostrado evidente: vagas de despedimentos, que vieram engrossar os números do desemprego.

Com a entrada na União Europeia, Portugal beneficiou de fundos estruturais que, todavia, não foram utilizados da melhor forma, podendo mesmo afirmar-se que houve uma má gestão dos fundos comunitários no que respeita à modernização e reestruturação de setores de atividade.

Tal como será abordado mais à frente, a adesão de Portugal à moeda única europeia trouxe repercussões negativas, sobretudo a perda de autonomia na direção da política cambial e monetária. Este fator, ligado ao facto de Portugal ser uma pequena economia aberta, com relações comerciais pouco variadas, fez com que Portugal

sofresse de forma mais intensa os resultados do surgimento de choques assimétricos. Isto poderá ter levado a competitividade inferior, com a consequente diminuição das suas produções e posterior aumento do desemprego. Neste contexto, a crise económica e financeira que assolou Portugal foi uma das principais causas a espoletar o desemprego.

As baixas qualificações são também várias vezes apontadas como uma causa do desemprego. Contudo, verifica-se que nos últimos anos, o desemprego jovem tem afetado principalmente jovens com qualificações superiores, pelo que se pode assegurar que a causa do desemprego não é obrigatoriamente as baixas qualificações, mas sim a inadequação entre as necessidades das empresas (mercado de trabalho) e o nível de habilitações dos trabalhadores.

Uma outra causa que pode ampliar o desemprego, sobretudo o desemprego de longa duração, são os apoios sociais, como é o caso do subsídio de desemprego ou do RSI. Isto acontece porque as pessoas nestas situações sentem-se muitas vezes confortáveis com o valor que ganham, na medida em que é seguro, dando-lhe mais tempo para procurar emprego. Há, por outro lado, outro motivo que é o facto da maior parte dos DLD se terem “acostumado” e acomodado com a situação, sendo para eles difícil substituir o lazer a que estão habituados por um emprego com horários a cumprir, regras a satisfazer, conhecerem colegas novos, entre outros.

Por último, é necessário enfatizar os valores dos salários, isto porque para trabalhadores com qualificações mais baixas, as empresas tendem a oferecer-lhes trabalhos mais “pesados”, nomeadamente profissões como limpezas, reposição de produtos e construção civil. Acontece que os trabalhadores se sentem indignados com os salários que correspondem a este tipo de profissão, visto que se esforçam tanto, para ganhar, na maioria das vezes, o salário mínimo. Por outro lado, há que ter em conta os trabalhadores qualificados que investiram na sua formação e que muitas vezes, são também muito mal remunerados. Assim, podemos constatar que a rigidez salarial praticada em Portugal, para além de incitar o desemprego, desencadeia muitas vezes outro problema que é a emigração.

2.2. As consequências do desemprego em Portugal

As consequências do desemprego podem ser estudadas em dois planos. No plano macro, universal e económico, no âmbito do qual surgem diferentes tópicos, tais como, a recomposição das estruturas de poder económico, a nova divisão internacional do trabalho e os agentes de competitividade, as transformações do paradigma do trabalho ou o papel protetor do Estado e da Sociedade nestas situações. Porém, podem ser analisadas no plano micro, pessoal e complacente, ou seja, no plano concreto da vida dos indivíduos e das suas famílias, das suas condições de existência, quer materiais, quer simbólicas. (Caleiras, 2004)

No que diz respeito ao plano macro, o desemprego gera uma perda de impostos que as pessoas nesta situação teriam de pagar, e que poderia ser utilizada em benefício de toda a sociedade, assim como um acréscimo da despesa pública decorrente do pagamento do subsídio de desemprego. Assim, a sociedade não está a otimizar os seus recursos, dado que não gera a riqueza que seria capaz de produzir se todos os seus recursos estivessem a ser usufruídos da melhor forma. (Sá, 2014)

Ainda neste plano, uma consequência que já foi mencionada como causa, são os valores (baixos) dos salários. Quanto mais elevada a taxa de desemprego, mais baixo será o salário adotado pelas empresas, na medida em que estas vão ter sempre alguém que está disposto a trabalhar para esse nível salarial.

Segundo Caleiras (2011) apesar da inclinação para a normalização através das estatísticas, o desemprego não deixa de ser uma experiência individual vivida de forma negativa. De tal modo que a exclusão do mercado de trabalho opera ruturas importantes, nas circunstâncias de vida daqueles que a experimentam, condicionando o exercício pleno da cidadania. Por isso, para quem o perde é o mesmo que se abrir um fosso (quase) inexcedível à sua frente.

Assim, no plano individual, constata-se de imediato a consequência de carácter económico, ou seja, a perda de rendimento para o indivíduo. Outro efeito é a desvalorização do capital humano do indivíduo desempregado, visto que em situação de desemprego, o trabalhador não está a pôr em prática os seus conhecimentos, o que implica, muitas vezes, uma perda de qualidades e hábitos de trabalho.

Uma outra questão que se levanta, prende-se com a experiência de cada indivíduo desempregado e a forma como esta influencia o campo da sua vida privada e familiar. Assim, a ausência de emprego, principalmente se for prolongada, tem resultados que não podem ser restringidos meramente à dimensão material do rendimento e do consumo. Esta ausência de emprego remete ainda para efeitos de dimensões sociais, no que concerne, por exemplo, às mudanças no próprio estilo de vida, na maneira como os outros veem uma pessoa desempregada que também esta se altera, atribuindo-lhes, muitas vezes, um estatuto social diferente.

No seguimento do parágrafo anterior, não podemos descurar as repercussões ao nível psicológico que, muitas vezes negligenciadas, têm efeitos muito graves. O desemprego origina sentimentos de culpa, derrotismo, desespero e perda de esperança, levando a que as pessoas que experienciam este fenómeno tendam a experienciar níveis elevados de depressão, ansiedade, stress e angústia, juntamente com baixa autoestima e baixa confiança.

A par com a última causa do desemprego, podemos constituir a emigração como uma das consequências do desemprego, dado que muitas vezes se apresenta como a única forma que os indivíduos encontram para contornar a situação. As consequências que decorrem deste problema são a potencial “fuga de cérebros”, estimulando assim a emigração e a consequente perda de capital humano. (Eichhorst et al., 2013) Isto conduz a uma diminuição acentuada de investimento na educação, não apenas por parte do Estado, como também a nível do próprio indivíduo. É possível garantir que os indivíduos emigram, não por vontade própria, mas sim porque o mercado de trabalho não os consegue absorver ou ainda porque este não os remunera de forma adequada, o que os leva a procurar emprego noutro país, com ofertas e condições mais atrativas.

3. Medidas de proteção social destinadas aos desempregados

A proteção no desemprego teve origem no século XIX na Alemanha e foi ganhando diferentes contornos com o passar das décadas. No período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial, foi estabelecida uma prestação social para

responder à eventualidade do desemprego (Silva & Pereira, 2012; Pierson, 1998), contudo, Portugal demoraria a instituir uma prestação deste tipo.

Como em semelhantes dimensões do nosso modelo de proteção social, os fundamentos característicos do modelo corporativo só seriam institucionalizados mais tarde face aos nossos parceiros europeus e também aos da Europa do Sul. Foi apenas depois da transição para a democracia que Portugal criou o direito ao subsídio de desemprego, alargando a proteção com a criação do subsídio social de desemprego em 1985 e, finalmente, preenchendo uma lacuna na proteção social, criou o direito a um rendimento mínimo em 1997, entretanto renomeado rendimento social de inserção. (Silva & Pereira, 2012; Silva, 1998, 2011; Capucha e outros, 2005)

O sistema de proteção social no desemprego em Portugal baseia-se, desta forma, nas seguintes prestações monetárias: o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego inicial, o subsídio social de desemprego subsequente e o rendimento social de inserção – este último destinado também a outros beneficiários e não somente aos desempregados. O RSI, por seu lado, é uma prestação social cuja elegibilidade dos seus beneficiários depende de condições de recursos. (Carmo & Cantante, 2014)

3.1. Os beneficiários de RSI

Tendo em conta que os participantes do Projeto *Click* (no qual contribuí para a realização deste relatório), eram todos beneficiários de RSI, considero importante destacar esta medida de proteção social.

O aparecimento do Rendimento Social de Inserção insere-se numa “nova geração” de políticas sociais, fundamentada no progresso e na capacitação de cada cidadão(ã) considerando as redes de relações sociais em que se incluem, a sua posição na estruturação das classes e, particularmente, as modalidades de participação e de exercício de poder, assim excedendo as políticas estritamente economicistas. (R. S. Ferreira, 2015; Fernandes, 1991)

O Rendimento Social de Inserção consiste numa prestação monetária mensal que é atribuída às famílias e aos indivíduos que vivam numa situação de carência crítica em termos económicos e que façam prova de que têm determinadas condições de atribuição. Cabe aos beneficiários o cumprimento de um Programa de Inserção que integra um contrato, isto é, um “conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros”. (Departamento de Prestações e Contribuições, 2020)

Ainda que esta medida tenha um carácter inovador, de acordo com Ricardo Sá Ferreira (2015) nos últimos anos temos assistido ao “ascender de um pânico moral em torno do RSI, que enche hábeis discursos políticos e faz correr tinta nos jornais, caracterizando o RSI e os seus beneficiários como “laxistas”, “fraudulentos” e “malandros”. A discussão e a caracterização negativa de quem beneficia desta medida, atingiu dimensões completamente opostas ao seu encargo monetário, gerando um clima de tolerância zero. Neste seguimento, constatamos que um dos problemas do combate ao desemprego e à exclusão social prende-se com os obstáculos culturais a uma abordagem séria do fenómeno, uma vez que são, muitas vezes, criados estereótipos ligados aos beneficiários de medidas de proteção social.

As sociedades modernas assentam em valores da igualdade, designadamente nos fundamentos da igualdade de oportunidades, sendo esta um dos pilares da cidadania. Contudo, mesmo nas sociedades desenvolvidas, a verdadeira igualdade de oportunidades aparenta não ter sido ainda totalmente atingida, sendo que não apenas continua a haver grupos extremamente desprotegidos e suscetíveis ao desemprego e à exclusão social, como essas situações tendem, com persistência, a reproduzir-se no tempo.

Desta forma, para o autor do artigo “Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o embrutecimento do estado”, a construção e a reprodução das representações criadas e ligadas aos beneficiários de RSI, gerou um processo de estigmatização desta medida de proteção social que, por sua vez, tem tido um duplo efeito: “primeiro, descredibiliza este mecanismo social de forma a legitimar o seu subfinanciamento, a restringir o acesso à medida e subsequente dismantelamento; segundo, introduz

nuances discursivas que retiram legitimidade às políticas sociais, visando uma transformação de um Estado Social num Estado Penitenciário.” (R. S. Ferreira, 2015; Wacquant, 2000, 2003)

Importa ressaltar que esta medida tem também limitações e algumas consequências viciosas. Relativamente aos problemas que têm vindo a ser apontados às políticas de rendimentos mínimos destacam-se: a dependência que podem provocar nos seus beneficiários, o débil empenho destes nos projetos de inclusão, a precaridade dos contratos de trabalho que lhes são oferecidos, a falta de incentivo para acotiarem as ações de formação profissional por causa de não terem expectativas de futuro, a exagerada burocracia destes procedimentos, a que se vem aliar o efeito identitário negativo e a estigmatização social de certos grupos de beneficiários. (Santos & Marques, 2014; Rodrigues, 2010; Pacheco, 2009; Diogo, 2007)

Sendo que o Projeto *Click* integra minorias, no caso, participantes de etnia cigana, importa abordar a relação dos ciganos com o RSI. Como já foi abordado neste ponto, a sociedade portuguesa tem uma enorme tendência a criar estereótipos associados aos cidadãos que usufruem de rendimentos de proteção social. A comunidade cigana pertence ao grupo étnico mais estigmatizado do nosso país e, obviamente, não é exceção sendo comumente acusada de viver do RSI e de não se esforçar para trabalhar nem para se inserir na sociedade.

Segundo um projeto da ONG Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura (ADCMoura), intitulado de PARE, ESCUTE, OLHE e que tem como objetivo desmitificar os preconceitos em relação à comunidade cigana, este diz-nos que em 2015 havia 206 000 pessoas a beneficiar do RSI, ou seja, 1,9% da população total residente em Portugal. Eles acrescentam que destes 206 000 indivíduos, um terço eram crianças (66 665) e 13 500 tinha mais de 60 anos. Considerando que o RSI é uma prestação familiar, em 2015 havia 93 132 famílias a beneficiar deste rendimento, contudo, apenas cerca de 4500 eram de etnia cigana, perfazendo uma percentagem de 4% a 6%, em todo o país. (PAREESCUTEOLHE, 2016)

Percebemos assim, a clara evidência de que os beneficiários ciganos são vítimas de preconceitos por receberem a prestação social, bem como de discriminação aquando a procura de emprego, o que prejudica a sua inserção social. Desta forma, é possível

afirmar-se que o combate à pobreza das famílias ciganas portuguesas tem-se revelado especialmente difícil. As respostas para a sua inserção social e profissional são notoriamente escassas, como poucos são os casos de sucesso na inserção social. Todavia, este subsídio cooperou evidentemente para atenuar os efeitos das situações de pobreza absoluta de muitas famílias e minimizar um pouco o muito sofrimento quotidiano. (Santos & Marques, 2014)

4. Viver o desemprego – Das vulnerabilidades às estratégias

O desemprego é uma realidade complexa, contudo, são ainda mais complexas as vivências do desemprego e as formas que são desenvolvidas pelos desempregados para lidar com a privação de emprego. Se o desemprego se condensa, muitas vezes, a uma questão de números, a verdade é que estes tendem a tornar densas a diversidade de situações de desemprego e das vivências associadas. (Padre, 2012)

Apesar de ser universal, o desemprego não afeta todos da mesma maneira, nem com a mesma intensidade. Como já foi mencionado anteriormente neste capítulo, cada experiência de desemprego é diferente, na medida em que o desemprego se constitui como um acontecimento, cujos efeitos individuais variam em função da forma como diversos fatores se relacionam. Fatores estes simultaneamente próprios e estranhos aos indivíduos, e decisivos no modelar das suas experiências.

Os fatores de vulnerabilidade com que os desempregados se deparam são diversos. Alguns são de natureza biográfica, intrínsecos aos indivíduos, por sua vez, os de natureza coletiva são extrínsecos. (Caleiras, 2008; Gallie e Paugam, 2000)

No artigo “Do desemprego à pobreza? Trajetórias, experiências e enfrentamentos”, Jorge Caleiras aborda o sexo como uma causa de vulnerabilidade e diz que “ser mulher, e especialmente ter filhos menores a cargo, coloca problemas acrescidos no mercado de trabalho”. Acrescenta ainda que as mulheres também são menos remuneradas que os homens. No caso dos homens, o desemprego é visto como um risco para a sua identidade, uma vez que este não satisfaz o seu papel instrumental de sustento da família. A impossibilidade de cumprir esta tarefa coloca-se como um

abalo à identidade dos indivíduos, incitando efeitos negativos ao nível da sua autoestima, provocando sentimentos de inutilidade que aumentam com a continuidade na situação de desemprego, culminando na ocorrência de situações de desmotivação.

A idade constitui-se como um fator de vulnerabilidade pois aqueles com mais idade, são classificados como velhos demais para trabalhar e novos para a reforma. Constituem-se ainda como fatores intrínsecos os baixos níveis de escolaridade e de formação, problemas de saúde, redes de contactos insuficientes ou o forte enraizamento local e a sequente fraca mobilidade, potencializando obstáculos individuais face ao mercado de trabalho.

Relativamente aos fatores extrínsecos, o autor aponta a escassez de oferta “particularmente a destinada a segmentos específicos (faixas etárias mais avançadas, mulheres ou os menos escolarizados).” O que muitas vezes acontece quando há ofertas é que as remunerações salariais são tão baixas, que os desempregados não sentem que sejam atrativas e acabam por desistir. Isto leva a empregos precários, mal remunerados, desqualificantes e sem perspetivas de evolução profissional e pessoal. (Caleiras, 2008; Hespanha et al., 2007)

As estratégias que as pessoas em situação de desemprego adotam para minimizar os efeitos causados pela mesma são diversas.

Poupar é logo o primeiro passo, restringindo as despesas somente ao necessário. Isto é algo que os mais jovens têm mais dificuldades em compreender, mas, que para os mais velhos, faz todo o sentido e até já estão habituados.

O requerimento de rendimentos institucionais sociais é outro método, como é o caso dos subsídios interseridos nas medidas de proteção social, como já vimos anteriormente. Ainda que estas políticas não consigam cobrir todas as necessidades dos desempregados, aqueles que têm direito a prestações de desemprego veem-nas como um recurso.

Apesar das medidas de proteção social, sabemos que Portugal tem um Estado-Providência débil e que, por sua vez, “é a Sociedade-Providência, enquanto conjunto de redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreaajuda assentes em laços de parentesco e de vizinhança, que substitui, muitas vezes, essa

fraqueza.” (Caleiras, 2004) Desta forma, percebemos que o recurso à família ou a amigos próximos, é bastante comum. Os jovens são quem recorre mais à família em caso de desemprego, sobretudo aos pais que, normalmente ajudam financeiramente com dinheiro, alimentação e vestuário, em serviços quando tomam, por exemplo, conta dos filhos para que eles não tenham uma despesa acrescida com o valor de uma creche e, em algumas situações, com alojamento. Em relação aos amigos, os desempregados tendem a recorrer a eles em busca de apoio emocional ou na procura de algum emprego que estes possam ter conhecimento.

Por último, uma estratégia deveras comum é a de ganhar dinheiro ao trabalhar “ao negro”, ou seja, o que é considerado trabalho informal. Apesar de ser ilegal, é o que “sobra” na maior parte das vezes e onde quem se encontra desempregado, vê uma chance de obter uma remuneração que suprima as necessidades económicas e financeiras.

Capítulo II – Das fragilidades da Economia Portuguesa ao Desemprego

1. Breve Contextualização da Economia Portuguesa – Integração Europeia, Adesão ao Euro e Repercussões Económicas das últimas décadas

De forma a contextualizar a temática do presente relatório, considero essencial abordar a economia portuguesa e as fragilidades da mesma ao longo das últimas décadas, na medida em que as mesmas desencadearam o crescimento do desemprego.

A evolução da economia portuguesa nas últimas décadas não pode ser dissociada dos processos de integração na União Europeia (UE) e na União Económica e Monetária (UEM).

Portugal assinou o Tratado de Adesão à Comunidade Económica Europeia em Junho de 1985 e entrou na CEE a partir de 1º de Janeiro de 1986, passando a dar prioridade total à sua integração.

O sucesso dos primeiros anos de integração europeia contribuiu para o largo consentimento em volta da participação de Portugal na criação da UEM e para a inclusão desse objetivo no programa do XII Governo Constitucional, bem como no Programa de Convergência Q2, aprovados em Novembro de 1991. A adesão ao euro foi, assim, arrogada como intenção nacional e como um elemento central da política económica portuguesa e da estratégia de desenvolvimento económico, que visava a convergência para os níveis de rendimento dos países mais ricos da EU. (Caleiras, 2004)

Na segunda metade da década de 1990, as perspetivas de uma adesão ao euro causaram uma quebra acentuada das taxas de juro, com as taxas de juro reais a aproximarem-se do zero no final dessa década. Esta situação instigou um efeito de riqueza sem antecedentes, sentido de forma intensa por todos os agentes económicos, o que conduziu a um crescimento acelerado da procura interna e a uma diminuição da poupança privada. Sectores de bens não transacionáveis, analogamente preservados e favorecidos de rendas experienciaram um crescimento acentuado, levando à atenuação do investimento em sectores de bens negociáveis e cooperando assim para o débil incremento da produtividade. Com a procura interna a sustentar o desenvolvimento económico, o desemprego acuou para menos de cinco por cento criando, dessa forma,

uma tensão notável no sentido do aumento dos salários. A economia tornou-se sobrestimada e o défice da balança vigente intensificou-se. (Lourtie, 2011)

Além das repercussões macroeconómicas, a economia portuguesa foi afetada no final da década de 1990 por dois importantes impactos diferentes, que contribuíram notavelmente para o seu défice de competitividade externa.

Segundo Pedro Lourtie (2011),

as repercussões fizeram-se sentir logo na segunda metade da década de 1990, quando a UE assinou acordos de associação com esses países antes da sua adesão em 2004. Registou-se então um importante impacto ao nível do investimento direto estrangeiro e das trocas comerciais que até então tinham beneficiado Portugal desde a sua adesão em 1986. Com trabalhadores muito mais qualificados, menores custos de mão-de-obra e uma posição geográfica mais central em relação aos principais mercados europeus, estes países tinham, a partir do momento da adesão, grandes vantagens na atração de ide e ao nível da competitividade comercial.

Este autor destaca ainda que o início do novo século assistiu à entrada no mercado global da China, da Índia e de outras economias emergentes de baixo custo, o que conduziu a uma competição nas áreas de mão-de-obra intensiva que constituíam a especialização tradicional da economia portuguesa. Acrescenta também que o fim do Acordo Multifibras, no seguimento das negociações da Ronda do Uruguai, teve um impacto deveras significativo na indústria têxtil portuguesa, que formava o principal sector exportador. O sector têxtil representava, em 1990, 33 por cento do total das exportações portuguesas. Em 2006, este valor reduzira-se para apenas 13 por cento.

Os progressos na conjuntura macroeconómica e no comércio internacional fizeram com que Portugal não se deparasse com uma posição favorável para beneficiar da rápida expansão na Europa e no mundo durante os anos 1990 e a primeira década do novo milénio. (Lourtie, 2011)

Segundo um artigo inserido no projeto “1986-2010 A Economia Portuguesa na União Europeia”, a adesão de Portugal ao euro, em Janeiro de 1999, correspondeu a uma mudança de regime económico e foi, possivelmente, o mais importante acontecimento na economia portuguesa das duas últimas décadas. (Aguiar-Conraria et al., s.d.)

Neste mesmo artigo, os autores destacam quais os benefícios económicos esperados pela participação de Portugal na criação da UEM:

por um lado, uma maior estabilidade monetária e financeira contribuiria para promover o crescimento económico da economia; por outro lado, uma maior integração dos mercados de bens e serviços, e dos mercados de trabalho e de capitais geraria ganhos de eficiência. (Aguiar-Conraria et al., s.d.)

Contudo, posteriormente a um longo período, entre 1986 e 1998, de altas taxas de crescimento e de convergência do rendimento português para os níveis de rendimento dos países mais ricos da UE, iniciou-se, com a introdução do euro, um período de baixas taxas de crescimento e de divergência económica.

Ao contrário da Grécia, da Irlanda ou da Espanha, países com um elevado crescimento económico no período anterior à crise, Portugal registou uma subida minorada desde 2001. Em 2003, Portugal entrou em recessão (-0,9 por cento), tendo sido nesse ano o único país da zona euro, a par da Alemanha (-0,2 por cento), com um crescimento negativo. (Lourtie, 2011)

Conforme um artigo de Olivier Blanchard (2006) o panorama português, nesta fase, caracterizava-se por um fraco crescimento da produtividade, um crescimento económico muito reduzido e défices orçamental e da balança corrente muito elevados.

Resultou, portanto, um conjunto de diversos desequilíbrios macroeconómicos insustentáveis no longo prazo que, num primeiro momento, estimularam os ataques especulativos à dívida pública portuguesa e que, numa segunda fase, acabaram por forçar à implementação de um programa de ajustamento orçamental restritivo com custos significativos no produto e no emprego do país. (H. Ferreira et al., 2014)

Através da leitura de um relatório do Observatório sobre Crises e Alternativas do CES, intitulado “A Anatomia da Crise: Identificar os Problemas para Construir as alternativas”, destaco uma passagem dos autores que afirmam:

À escala de uma Zona Euro cada vez mais heterogénea não foram criados os instrumentos de compensação adequados: apenas acabou por existir moeda única com um orçamento residual e com transferências, sob a forma de fundos europeus, cada vez menos capazes de contrair as forças do desenvolvimento desigual, sem fiscalidade e dívida pública comuns, sem um Tesouro ligado a um Banco Central. (Reis et al., 2013)

2. Crise Económica e efeitos no Mercado de Trabalho

A adesão à CEE, de facto, pôs fim a um longo período de instabilidade económica e financeira que outrora Portugal tinha experienciado, e gerou grandes expectativas em relação à aproximação aos níveis de desenvolvimento dos países mais ricos da Europa. Todavia, o sucesso da economia portuguesa nos primeiros 15 anos de integração europeia não teve seguimento no início do século XXI, altura em que se iniciou um processo de divergência que veio colocar em causa as expectativas iniciais de desenvolvimento (Alexandre et al., 2014), como já vimos acima.

No Relatório do Conselho de Administração de 2009, do Banco de Portugal, podemos ler que,

A economia portuguesa registou uma forte recessão em 2009, num quadro marcado pela mais profunda e sincronizada recessão internacional do período pós-guerra. [...] A recessão económica global em 2009 foi particularmente profunda, prolongada e sincronizada. A redução excecional da atividade teve origem numa crise financeira nos EUA, que rapidamente alastrou à quase generalidade das economias avançadas e emergentes. O aumento generalizado dos níveis de incerteza e de aversão ao risco no último trimestre de 2008, na sequência da falência do banco de investimento *Lehman Brothers*, gerou uma queda abrupta da confiança e das expectativas dos agentes e um forte aumento da restritividade das condições de financiamento a nível global. (*Relatório do Conselho de Administração - 2009*, 2010)

No que concerne ao desemprego, o relatório afirma que esta recessão da economia portuguesa em 2009 foi a mais profunda das últimas três décadas o que originou uma forte queda de emprego e um aumento da taxa de desemprego para máximos históricos.

A crise económica internacional e a subsequente crise da dívida pública nacional vieram agravar a situação de débil crescimento económico que se verificava em Portugal desde os inícios do segundo milénio, altura em que o processo de convergência com o nível médio de rendimento per capita da União Europeia foi interrompido. (Ribeiro et al., 2015; Banco de Portugal, 2014; Gonçalves 2005) Assim, a decadência do mercado de trabalho e das condições de emprego vinham a ser sentidas de forma particular no país desde a adesão à União Monetária.

Portugal encontrava-se entre os países da União Europeia com maior crescimento do desemprego na última década (Silva & Pereira, 2012): em 2001 a taxa de desemprego era de apenas 4%, sendo este o valor mais baixo desde 1970, e em 2013 esta quadruplicou, atingindo os 16.2%, ou seja, o valor mais elevado da história democrática do país. (Ribeiro et al., 2015; Pordata, 2014)

No que diz respeito ao crescimento do desemprego e como este afetou os grupos etários aquando a decorrência da crise internacional, é de salientar que foram os mais jovens que sofreram um maior impacto, mostra-nos um artigo intitulado “Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares”:

No grupo etário dos 15 aos 24 anos, a taxa de desemprego passou de 9.4%, em 2001, para 37.7%, em 2013. No grupo etário dos 25 aos 34 anos o aumento foi de 14.9 pontos percentuais, passando de 4.1%, em 2001, para 19%, em 2013. Já na faixa etária dos 35 aos 44 anos o aumento foi de 11.1 pontos percentuais (3.2% para 14.3%) enquanto na faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade os valores passaram de 3.0% para 13.8%. Também o desemprego de longa duração teve um aumento acentuado, de 40% do desemprego total em 2001 para 62% em 2013. (Ribeiro et al., 2015; Banco de Portugal, 2014)

Constatamos que os dados supramencionados são importantes, na medida em que nos permitem observar as fragilidades do sistema de proteção social em caso de desemprego, sendo que no espaço de uma década, com alterações temporárias nas regras de acesso e com o desencadear da crise em 2008, a intensidade do fluxo de desempregados, combinada com um stock que entretanto se foi consolidando, o rácio de proteção baixou para perto de metade, passando de 82.9% para apenas 44.8%. (Silva & Pereira, 2012) Desta forma, o crescimento do desemprego de longa duração, para além de deixar um grande número de trabalhadores desempregados desprotegidos, realça também a ineficiência do sistema na diminuição do tempo de desemprego.

Numa situação em que as carências dos trabalhadores e desempregados são crescentes e urgentes, considerando a periculosidade social e económica resultante da deterioração da crise económica e financeira, assiste-se a um retrocesso por parte do Estado, tanto nos apoios conferidos, tanto no seu exercício de mediação e regulação do mercado de trabalho. (Valadas, 2013)

É de evidenciar que, no período decorrente da crise económica, o número de pessoas para trabalhar em empregos precários, mal remunerados e de curta duração aumentou significativamente. (Valadas, 2013) Em relação aos jovens, mais de 50% dos empregos eram temporários. Isto é especialmente perigoso, sendo que os custos de ajustamento incidiam essencialmente sobre os trabalhadores com vínculos instáveis: 2/3 dos trabalhadores que perderam o emprego em 2010 tinham contrato a prazo. (Silva & Pereira, 2012) Mesmo os trabalhadores com relações profissionais mais seguras e protegidos face ao desemprego viram o seu rendimento sofrer grandes cortes em consequência da crise, de que são exemplo a sobretaxa extraordinária de 3.5% aplicada em sede de IRS a trabalhadores e pensionistas ou os cortes salariais aplicados aos trabalhadores do setor público. (Ribeiro et al., 2015; Lopes & Frade, 2012)

Neste contexto, importa referir que Portugal apresentava uma das mais elevadas taxas de pobreza da zona Euro. O incremento de 0.8 pontos percentuais em 2013 face a 2012, inverteu a tendência procedente verificada nos anos anteriores. Para esta situação cooperou uma segmentação considerável de trabalhadores em situação de pobreza (cerca de 10%) e o aumento do desemprego. Em 2012, a taxa de pobreza entre os desempregados era de cerca de 40%, mais do dobro da taxa para o conjunto da população. (Ribeiro et al., 2015; Banco de Portugal, 2014)

Sendo que é fundamentalmente com base no rendimento do trabalho, sobretudo através do trabalho por conta de outrem, que indivíduos e famílias estruturam os seus projetos de consumo e endividamento, o desemprego e a diminuição de rendimento disponível podem carregar efeitos particularmente gravosos numa população já fortemente endividada (Ribeiro et al., 2015; Costa & Farinha, 2012; Frade et al., 2006), como analisaremos mais à frente neste relatório.

3. Números do desemprego em Portugal nas últimas duas décadas – uma análise geral

Como tem vindo a ser estudado neste capítulo, a partir da entrada no novo milénio, a economia portuguesa experienciou níveis de grande desequilíbrio, com repercussões em vários aspetos sociais, económicos e financeiros. Tudo isto veio piorar com a crise que começou nos EUA em 2007 que rapidamente se alastrou ao sistema financeiro global, e claro, Portugal não ficou de fora.

A partir do sector financeiro até à economia real, a crise amplificou-se e teve efeitos catastróficos sobre a produção e a procura, tendo também infetado as finanças públicas. Os cortes no investimento e na despesa pública, particularmente nos setores sociais, vieram destacar os números do desemprego. (Ribeiro et al., 2015; Maier, 2011)

Anos	Taxa - %			
	Grupos etários			
	Total	Menos de 25	25-54	55-64
2000	3,9	8,6	3,5	3,2
2001	4,0	9,4	3,5	3,1
2002	5,0	11,7	4,5	3,6
2003	6,3	14,6	5,8	4,3
2004	6,6	15,4	6,0	5,5
2005	7,6	16,2	7,2	6,1
2006	7,6	16,5	7,3	6,3
2007	8,0	16,7	7,8	6,5
2008	7,6	16,7	7,2	6,6
2009	9,4	20,3	9,2	7,6
2010	10,8	22,8	10,7	8,9
2011	± 12,7	± 30,2	± 11,9	± 10,8
2012	15,5	37,9	14,7	12,7
2013	16,2	38,1	15,5	13,7
2014	13,9	34,8	12,7	13,5
2015	12,4	32,0	11,2	12,4
2016	11,1	28,0	10,0	11,0
2017	8,9	23,9	7,9	8,6
2018	7,0	20,3	6,1	6,5
2019	6,5	18,3	5,7	6,2

Figura 1 – Taxa de Desemprego: total e por grupo etário (%)

Fonte: PORDATA

As figuras que serão apresentadas neste ponto, servem de apoio a uma análise do desemprego em Portugal nas últimas duas décadas. Sendo logo de fácil perceção, verificamos que nas últimas duas décadas, a taxa de desemprego total tem vindo a aumentar. No ano de 2008, verificamos uma ligeira redução, contudo, com a recessão

económica os números voltaram a subir, atingindo o seu auge em 2013. A partir de 2010 observamos que esta taxa começa a tomar proporções bastante elevadas, muito por causa das medidas económicas adotadas pelo Governo português no quadro do empréstimo com as instituições da Troica – Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. É ainda de notar que, as medidas de austeridade impostas pelo Governo, tiveram impacto neste panorama, visto que

A “gestão” da crise através da austeridade tem factos característicos que a definem lapidarmente: a redução da riqueza criada na economia (recessão e diminuição do PIB e do emprego), o bloqueamento das relações que produzem dinâmica económica e social (relações salários/procura, procura/emprego ou emprego/investimento), por exemplo. (Reis et al., 2013)

Partindo para uma análise por grupos etários, como podemos observar na figura 1, é de notar que os mais afetados foram, sem dúvida, os mais jovens, figurando-se os menores de 25, o grupo mais vulnerável. Para Hughes e Borbély-Pecze (2014), este problema não está exclusivamente ligado à recessão, economias débeis ou mudanças demográficas, mas também a problemas estruturais. Estes autores acrescentam ainda que

Em muitos países, a transição dos jovens do sistema de ensino para o trabalho remunerado está, na generalidade, a revelar-se mais problemática. Jovens mais diferenciados (incluindo alguns grandes empreendedores) não se encontram em situação de emprego, nem de educação nem de formação (NEEF), face ao quadro de menor disponibilidade de empregos e de uma menor oferta de “trabalho decente” (por oposição a trabalho temporário de tipo pouco qualificado), não se verificando, regra geral, uma elevada procura de competências dos jovens por parte dos empregadores. (Hughes & Borbély-Pecze, 2014)

Já as diferenças entres os grupos 25-54 e 55-64, não são tão notórias nem discrepantes face ao grupo anterior.

Indivíduo - Milhares

Anos	Grupos etários						
	Total	Menos de 25	25-34	35-44	45-54	55-64	65 ou mais
2000	89,5	13,3	22,5	21,1	19,7	12,9	§
2001	85,3	14,3	20,0	20,4	18,7	11,7	§
2002	100,3	18,3	26,1	22,4	20,3	13,2	§
2003	128,5	20,7	37,1	30,3	25,2	14,7	§
2004	166,4	28,3	42,5	38,5	35,0	21,5	§
2005	207,3	29,6	54,0	50,9	45,8	26,4	§
2006	218,2	27,4	61,7	50,1	49,7	29,2	§
2007	215,8	25,1	59,3	49,9	51,0	29,9	§
2008	208,3	23,3	53,2	50,6	48,0	32,8	§
2009	240,8	27,8	62,9	58,5	57,0	34,2	§
2010	320,0	31,1	83,5	83,7	74,9	45,9	§
2011	366,0	44,6	87,9	91,9	85,7	53,8	§
2012	452,8	61,0	114,1	109,0	102,6	62,6	§
2013	530,8	64,7	127,7	134,4	124,4	76,8	§
2014	475,8	59,7	102,7	118,2	111,1	80,5	§
2015	410,6	47,0	79,8	98,1	104,7	76,0	5,1
2016	355,6	38,9	72,5	76,6	95,5	68,5	§
2017	266,1	32,4	51,0	59,1	64,8	53,7	5,0
2018	186,8	21,0	33,1	41,9	46,9	40,7	§
2019	169,3	21,9	28,0	34,3	44,4	36,8	§

Figura 2 - População desempregada há 1 ano ou mais: total e por grupo etário
 Fonte: PORDATA

Na sequência da ideia anterior, o mesmo não acontece quando se trata de desemprego de longa duração como podemos constatar através da figura 2, em que os grupos mais afetados são os de 35-44 e 45-54, tendo atingido o número mais elevado no ano de 2013. Estes são números a ter em conta, uma vez que o desemprego de longa duração afeta as pessoas em causa, reduz o potencial de desenvolvimento das economias, aumenta o risco de exclusão social, pobreza e desigualdade, e agrava ainda os custos dos serviços sociais e as finanças públicas. O desemprego de longa duração estimula uma perda de rendimento, uma deterioração de competências, uma incidência acrescida de problemas de saúde e maior pobreza dos agregados familiares. (Conselho da União Europeia, 2016)

Taxa - %

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2000	3,9	3,1	4,9
2001	4,0	3,2	5,0
2002	5,0	4,1	6,0
2003	6,3	5,4	7,2
2004	6,6	5,8	7,6
2005	7,6	6,7	8,6
2006	7,6	6,5	8,9
2007	8,0	6,6	9,5
2008	7,6	6,5	8,7
2009	9,4	8,8	10,1
2010	10,8	9,8	11,9
2011	± 12,7	± 12,3	± 13,0
2012	15,5	15,6	15,5
2013	16,2	16,0	16,4
2014	13,9	13,5	14,3
2015	12,4	12,2	12,7
2016	11,1	11,0	11,2
2017	8,9	8,4	9,4
2018	7,0	6,6	7,4
2019	6,5	5,8	7,1

Figura 3 – Taxa de Desemprego: total e por sexo (%)

Fonte: PORDATA

No que diz respeito à taxa de desemprego por sexo (figura 3), com exceção do ano de 2012, concluímos que nos últimos anos o desemprego tem afetado mais as mulheres do que os homens.

Taxa - %

Anos	Nível de escolaridade				
	Total	Nenhum	Básico	Secundário e pós secundário	Superior
2000	3,9	1,7	4,2	4,6	3,1
2001	4,0	2,2	4,2	4,6	3,4
2002	5,0	2,6	5,2	5,4	4,9
2003	6,3	3,3	6,5	6,9	5,9
2004	6,6	3,6	7,1	6,9	5,2
2005	7,6	4,5	8,0	8,0	6,2
2006	7,6	5,6	7,9	8,4	6,3
2007	8,0	5,0	8,3	8,1	7,4
2008	7,6	5,3	7,8	7,8	6,8
2009	9,4	6,5	10,3	9,6	6,4
2010	10,8	8,9	11,7	11,4	7,0
2011	± 12,7	± 11,6	± 13,7	± 13,4	± 9,0
2012	15,5	14,4	16,1	17,6	11,6
2013	16,2	17,3	17,0	17,4	12,6
2014	13,9	13,9	15,0	15,3	10,0
2015	12,4	13,2	13,2	13,9	9,2
2016	11,1	13,1	11,8	12,2	8,4
2017	8,9	11,0	9,5	9,9	6,5

Figura 4 - Taxa de Desemprego: total e por nível de escolaridade completo (%)

Fonte: PORDATA

Na figura 4 é interessante analisar que no início do milénio, os números apresentavam-se menores para quem não tinha qualquer nível de escolaridade, contudo, o processo inverteu-se a partir de 2009, mas sobretudo em 2010, já verificamos que a percentagem de pessoas com nenhum nível de escolaridade é superior a quem tinha concluído o ensino superior. A partir de 2016, esta inversão faz-se sentir em relação aos restantes níveis de escolaridade, sendo que quem não possuía nenhum deteve uma taxa de desemprego superior a quem tinha o ensino básico, o ensino secundário e pós secundário e também o superior, com um pequena exceção no ano de 2018, em que a taxa foi levemente superior a quem possuía o nível de escolaridade secundário e pós secundário em oposição a quem não tinha nenhum.

Indivíduo - Milhares				
Setores de actividade económica				
Anos	Total	Primário	Secundário	Terciário
2000	5.041,3	645,2	1.741,7	2.654,4
2001	5.128,2	659,3	1.734,7	2.734,2
2002	5.143,8	643,4	1.726,6	2.773,9
2003	5.093,4	645,9	1.639,2	2.808,3
2004	5.062,3	621,8	1.568,5	2.872,0
2005	5.047,3	608,3	1.533,7	2.905,3
2006	5.079,0	604,8	1.539,4	2.934,8
2007	5.092,5	603,0	1.540,0	2.949,4
2008	± 5.116,6	± 585,3	± 1.483,4	± 3.047,9
2009	4.968,6	568,8	1.381,5	3.018,4
2010	4.898,4	548,5	1.335,1	3.014,8
2011	± 4.740,1	± 483,9	± 1.272,9	± 2.983,2
2012	4.546,9	491,4	1.143,5	2.912,0
2013	4.429,4	453,1	1.049,7	2.926,6
2014	4.499,5	389,1	1.073,5	3.036,9
2015	4.548,7	342,5	1.107,6	3.098,6
2016	4.605,2	318,4	1.128,3	3.158,6
2017	4.756,6	304,4	1.176,8	3.275,4
2018	4.866,7	294,2	1.209,2	3.363,3
2019	4.913,1	270,1	1.212,4	3.430,6

Figura 5 - População empregada: total e por grandes setores de atividade económica
Fonte: PORDATA

De forma a concluir este ponto, importa referir que entre os anos de 2008 e 2016 a taxa de desemprego elevou-se a números muito altos, ainda que a partir de 2013 assistamos a uma redução da mesma. Contudo, ainda que nos últimos anos esta tenha diminuído, não invalida que o número de pessoas empregadas tenha atingido os

mesmos valores do pré-crise. Observamos isso na figura 5, em que no ano de 2008 havia em Portugal 5.116,6 (milhares) de pessoas empregadas e, em 2019 o número era de 4.913,1. Apenas o setor terciário mostra um aumento nos últimos anos, sendo este o que emprega mais pessoas ainda que com valores muito discrepantes em relação ao setor primário.

Capítulo III – Enquadramento do estágio

1. Organização acolhedora do estágio – EAPN

Para dar início a este capítulo, considero importante abordar a entidade acolhedora do estágio curricular que deu origem a este relatório. Este desenvolveu-se na EAPN - *European Anti Poverty Network* (Rede Europeia Anti Pobreza) que em Portugal se encontra sediada no Porto e que se estende a todo o país através de 18 Núcleos Distritais e ainda no arquipélago da Madeira.

Segundo o site português da rede, a EAPN “é a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONGs, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza. Fundada e sediada em 1990, em Bruxelas, a EAPN está atualmente representada em 31 países, nomeadamente em Portugal.” (*Quem Somos - EAPN*, s.d.) Para além do nosso país, a EAPN encontra-se na Áustria, na Bélgica, na Bulgária, na Croácia, no Chipre, na República Checa, na Dinamarca, na Estónia, na Finlândia, na França, na Macedónia do Norte, na Alemanha, na Grécia, na Hungria, na Itália, na Irlanda, na Islândia, na Letónia, na Lituânia, no Luxemburgo, em Malta, na Holanda, na Noruega, na Polónia, na Roménia, na Eslováquia, na Eslovénia, em Espanha, na Suécia e no Reino Unido.

Em Portugal, a Rede foi criada dia 17 de dezembro de 1991 e é identificada como Associação de Solidariedade Social, que passou a ser designada de Associação REAPN- Rede Europeia Anti- Pobreza/Portugal, sendo que no ano de 1995 adquiriu o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento. A partir de 2011, esta Organização passou a designar-se por EAPN - Rede Europeia Anti Pobreza/Portugal, Associação.

A criação da Rede está relacionada com a inquietação que a Comissão Europeia tinha com o incremento de ocorrências de pobreza e de exclusão social na Europa. Conforme um relatório da Comissão, “Em 1985 viviam nos doze países da Comunidade cerca de 44 milhões de pessoas abaixo do nível considerado como limiar da pobreza, número que em 1990 passou para 53 milhões”. (*História - EAPN*, s.d.)

Desta forma, a CE solicitou às Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social, que se criassem um grupo de influência, para conferirem um êxito maior nos movimentos destinados na luta contra a pobreza e exclusão social. Esta solicitação, materializa-se com a organização de um Colóquio, por parte da Comissão Europeia e da *Economic and Social Community Action Programme* (ESCAP), em junho de 1989, do qual resulta um "Grupo de Trabalho Provisório", incumbido de lançar o projeto de rede. A Assembleia Constituinte da Rede Europeia Anti Pobreza teve lugar no ano seguinte, em Bruxelas, sendo que estiveram representados os doze países da União, bem como algumas Organizações Europeias.

Estabelecida ao abrigo da legislação belga, a EAPN revela-se como uma aliança autónoma de organizações não governamentais e de grupos dedicados na luta contra a pobreza e a exclusão social, sendo, desta forma integrada através de Redes Nacionais, que atuam aos níveis local, regional e nacional, e por Organizações Europeias, que se baseiam em diversas competências e formas de atuação próprias. (*História - EAPN, s.d.*)

2. Acordo de cooperação da EAPN Portugal e IEFP, IP – Plano de Ação de 2019

A EAPN Portugal, como colocutor favorecido para os temas da pobreza e da exclusão social, tanto a nível nacional, como a nível europeu, sempre atentou como fundamentais para a resposta aos problemas das populações carenciadas, as questões da empregabilidade assim como da inserção profissional destes públicos, numa lógica pluridimensional.

Incutidos deste cargo, em 2001 a EAPN Portugal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP assinam um protocolo de cooperação, inicialmente orientado para ações no âmbito do Mercado Social de Emprego (MSE). No ano de 2007, a necessidade de novos argumentos de ordem institucional e estrutural, “entre eles a extinção da Comissão do Mercado Social de Emprego, configuram um novo enquadramento, o que obrigou a novas abordagens e à aplicação de novas metodologias de intervenção ao abrigo deste protocolo, centrando significativamente a sua ação em torno do eixo da informação e sensibilização.” (*Protocolo IEFP - EAPN, s.d.*)

Todos os anos, há novas instigações incluídas nos planos de trabalho, sempre com o objetivo de obter cada vez mais a coesão social, como suporte elementar para o crescimento e o emprego.

Os principais eixos de atividades que nortearam o plano de ação de 2019 e que definiram os objetivos do estágio foram os seguintes:

- a) Domínio de intervenção de grupos vulneráveis na área da empregabilidade através do Projeto *Click e*;
- b) Domínio de informação e sensibilização sobre os desafios e oportunidades da digitalização e o futuro do trabalho, a fim de promover uma maior consciencialização dos principais atores sociais (empresas, serviços públicos de emprego, entidades de formação, entidades sociais e académicos) nas áreas do emprego e da formação. Pretendendo-se, assim, contribuir para a mitigação das desigualdades sociais e fomentar uma sociedade mais inclusiva.

Os objetivos destes eixos são três:

1. Comunicação e informação – Informar e sensibilizar sobre as políticas sociais relativas à empregabilidade e inserção social de públicos vulneráveis;
2. Informação e sensibilização sobre a digitalização da sociedade e o futuro do trabalho – Promover o debate e a reflexão junto das organizações de economia social, dos serviços públicos de emprego e do tecido empresarial sobre o impacto da digitalização da sociedade nos mercados de trabalho, na aprendizagem ao longo da vida e nos sistemas de formação e de reconversão profissional, para que sejam capazes de se adaptar às ocupações emergentes. Importa sensibilizar as principais partes interessadas para atenuar as consequências da destruição do emprego, evitar o aumento da polarização do mercado e da desigualdade de rendimento reforçando a inclusão através do desenvolvimento das competências digitais exigidas pelo futuro do trabalho;
3. Intervenção com públicos vulneráveis – Ativar competências de empregabilidade através da metodologia *coaching* e mediar o tecido empregador com base em processos de mentoria profissional, para potenciar integração no mercado de trabalho, assim como reencaminhar participantes com baixa escolaridade para processos formativos. Foi nesta vertente que se replicou o Projeto *Click*: ativar competências de empregabilidade.

Apresentados os eixos de intervenção, é importante destacar que o propósito do Acordo de Cooperação é dar continuidade à intervenção com os grupos vulneráveis na área da empregabilidade, assim como dar ênfase ao desenvolvimento de ações de conhecimento e impacto junto dos agentes com os quais a EAPN Portugal e o IEFP, IP têm vindo a trabalhar no âmbito deste acordo.

3. Projeto *Click* – Ativar competências de empregabilidade

O Projeto *Click* foi o foco do meu estágio e ao qual dediquei mais tempo, com o duplo intuito de aprofundar conhecimentos sobre fenómenos concernentes a este projeto e, moldar a intervenção e experimentação social.

Integrado no Acordo de Cooperação supramencionado, o *Click* é um projeto de mediação entre a oferta e procura de emprego, incrementando uma ferramenta de reforço aos serviços de emprego públicos, através da dinamização de sessões que fomentem o aprofundamento e evolução de competências transversais de públicos desempregados vulneráveis e da sensibilização e capacitação para a responsabilidade social de possíveis entidades empregadoras. (“*CLICK – Ativar competências de Empregabilidade*” - EAPN, s.d.)

3.1. História do *Click*

O projeto piloto remete ao ano de 2014, desenvolvido na região de Águeda dirigido a 19 participantes e o qual registou 8 integrações no mercado de trabalho.

Decorrente desta fase e da sua avaliação positiva, 2015 foi o ano de alargamento do projeto a quatro territórios (Porto, Figueira da Foz, Santarém e Évora), orientado a 60 participantes, tendo sido realizadas 15 inserções no mercado de trabalho e 10 reencaminhamentos para formação. Pela primeira vez, no âmbito do presente Acordo foi atribuído um reforço orçamental no valor de 100.000.00€. O Projeto *Click* é reconhecido em 2015, tendo sido distinguido como um dos 10 projetos finalistas do Programa Impacto Social 2015 (de entre 117 candidatos) promovido pela CASES e a Fundação Montepio, o qual pretende capacitar as entidades da economia social para que as mesmas analisem e apresentem o potencial impacto dos seus projetos, utilizando

a metodologia SROI (*Social Return On Investment*) para a demonstração e retorno do investimento efetuado.

Em 2016 foi mantido o mesmo valor orçamental para a intervenção realizada nos territórios de Vila Nova de Gaia, Maia e Sintra destinada a 45 participantes, tendo-se verificado 17 inserções no mercado de trabalho e 8 reencaminhamentos para formação. A edição de 2016 assentou na focalização de públicos-alvo e no reforço da ligação com potenciais entidades empregadoras através da implementação de processos de mentoria profissional.

Os resultados positivos destas 3 primeiras edições conduziram a uma nova edição em 2017, contudo o orçamento aprovado para o ano em questão sofreu uma redução de 50%. A intervenção teve lugar em Vila Nova de Gaia dirigida a 44 participantes tendo sido inseridos profissionalmente 13 e 7 reencaminhados para formação.

Em 2018, a pedido do IEFP, o plano de ação é reformulado, centrando-se apenas na execução do Projeto *Click*. Neste sentido, foi consolidada a intervenção com os públicos vulneráveis (Jovens NEET e DLDs/ beneficiários de RSI dos bairros sociais do Cerco e Pasteleira no Porto) através do *coaching* para a empregabilidade em sessões individuais e coletivas, bem como através da dinamização de processos de mentoria profissional com as entidades empregadoras. Os dados apontam para 15 integrações no mercado de trabalho dos 31 participantes e 1 reencaminhamento para formação.

3.2. Objetivos do projeto

O Projeto *Click* tem 3 objetivos fundamentais, que correspondem a dotar os participantes desempregados de competências comunicacionais e relacionais para a busca ativa de emprego; contribuir para o desenvolvimento de processos de requalificação junto dos participantes e estabelecer uma ligação entre a procura e a oferta de emprego. Dentro deste último objetivo é necessário que se desenvolvam práticas no âmbito da Cidadania Empresarial e Organizacional e da Responsabilidade Social das empresas e organizações; se examinem as necessidades em termos de procura/oferta no mercado laboral, articulando com o IEFP local as ações de formação profissional e a sua adaptação às necessidades laborais dos empregadores locais e que

se desenvolvam lógicas de mentoria profissional e acompanhamento pós-formação, promovendo um processo de efetiva integração sócio laboral dos participantes.

3.3. Destinatários e Parceiros

O Projeto *Click* destina-se a 20 desempregados beneficiários do RSI e que possam ser jovens NEET (15 – 29 anos) ou DLDs {Desempregados de Longa Duração (30 – 55 anos)}. Podem ainda integrar o projeto pessoas em que o nível de escolaridade seja inferior à escolaridade mínima obrigatória.

Pelo lado das parcerias, os principais parceiros do projeto são: o Instituto de Emprego e Formação Profissional; os Núcleos distritais da EAPN Portugal; o Tecido Social dos concelhos de Matosinhos e da Maia, entre outros e as associações empresariais locais e tecido empregador na área de circunscrição dos Centros de Emprego de Matosinhos e da Maia e de territórios de proximidade.

3.4. Etapas do projeto

O Projeto *Click* é composto por 4 etapas, calendarizadas previamente à sua realização.

A primeira fase é a seleção/recrutamento de participantes e constituição de parcerias. A mediação entre a capacitação de públicos desempregados e a resposta às necessidades de emprego pressupõe o desenvolvimento de parcerias com as entidades empregadoras, para a definição de perfis de colaboradores que as entidades procuram, no sentido de estes serem devidamente tidos em conta no processo de seleção e recrutamento de participantes. A fase de seleção e recrutamento dos participantes é realizada em estreita colaboração com as equipas de protocolo de RSI da Segurança Social e com o Centro de Emprego local, enquanto entidades sinalizadoras, e que acompanham os participantes no desenvolvimento de todo o ciclo do projeto.

A segunda etapa é o *Coaching* para a empregabilidade e preparação de mentoria profissional. Num primeiro momento, são desenvolvidas as sessões de *coaching* individual para a definição de percursos mais personalizados direcionados para o autoconhecimento das competências, tendo em conta a elaboração de um breve

balanço de competências e para a definição de objetivos na área da empregabilidade tendo por base um Plano de Ação Individual, o que corresponde a 1h por participante num total de 20 sessões (20h) para os 20 participantes. Partindo deste conhecimento inicial dos participantes, são desenvolvidas 5 sessões coletivas (dia completo – 5h), no sentido de realizar um balanço de competências detalhado dos participantes em articulação com as ofertas de trabalho disponíveis junto dos parceiros empregadores. Realizado este balanço, inicia-se uma articulação direta com as empresas de preparação dos processos de mentoria profissional a decorrer em contexto real de trabalho nas entidades. Para o efeito, será identificada a figura de “mentores profissionais”, que vão orientar os processos de mentoria profissional dos participantes e a definição mais detalhada das necessidades de emprego nas entidades. Nesta fase, são levadas a cabo reuniões entre mentor/a e participante para a definição conjunta do plano de mentoria.

O terceiro passo do projeto é a mentoria profissional, sendo este um passo essencial para colocar em prática os conhecimentos e competências adquiridos durante as sessões de *coaching*, em contextos reais de trabalho, mediados e orientados pela figura dos mentores profissionais para os 20 participantes. Nesta fase é determinante clarificar o papel do mentor, identificar os objetivos a atingir e as competências a desenvolver no posto selecionado e proceder à sua avaliação. Neste sentido, é necessário a preparação das mentorias através da realização de reuniões da equipa técnica com os mentores e mentorandos nas entidades para a definição do plano de mentoria. O período de mentoria é desenvolvido em 11 dias, sendo que uma vez por semana os participantes participam em sessões de *coaching* no acompanhamento à mentoria, realizadas pela equipa técnica e de *coaching*, com a duração de meio-dia, com o propósito de facilitar o processo de integração nas empresas. Do mesmo modo, a articulação entre a figura do “mentor profissional” e da equipa é contínua, culminando na fase final em reuniões personalizadas entre a equipa, mentores e participantes, de forma individual e em cada um dos contextos de trabalho, para um devido acompanhamento do processo. Na parceria com as entidades empregadoras, sempre que possível a equipa promotora do projeto aposta na pesquisa de possibilidades de apoios à contratualização para a integração laboral posterior dos participantes em articulação com o próprio IEF, parceiro estratégico do projeto.

Destaco ainda que os apoios aos participantes na fase de mentoria profissional são o subsídio de transporte e alimentação previstos em orçamento. Contudo, não havendo lugar a bolsa de formação, o que tem sido um fator de desmotivação junto deste público com carências económicas, as entidades empregadoras parceiras são sensibilizadas para contribuir, sempre que possível, com algum apoio financeiro no sentido da sua coresponsabilização em benefício dos participantes.

A última etapa do projeto designa-se “*Click de Saída*”, e funciona como uma segunda oportunidade de contacto com as entidades empregadoras, potenciando a inserção profissional direta dos participantes numa lógica ajustada aos resultados da mentoria profissional. Significa que o participante que não forem integrados, são preparados através de duas sessões de *coaching* para participarem na iniciativa *Click de Saída*. Esta iniciativa compõe-se de um momento de apresentação *pitch* (uma apresentação direta e curta) e de uma sessão de *speed recruitment* (uma solução eficiente e inovadora de recrutamento que coloca frente a frente empresas convidadas para a iniciativa, e os participantes em minientrevistas de 5 minutos).

A intervenção com os participantes é concluída com uma sessão individual de *coaching* (1 hora), num total de 20 sessões (20h), após a iniciativa. Nesta sessão será avaliado o desenvolvimento do Plano de Ação Individual e aferido o Balanço de Competências Final, definidos nas primeiras sessões de *coaching* individual. Paralelamente a esta sessão, terá lugar uma entrevista individual de avaliação final, num total de 20 entrevistas, nas quais serão também trabalhadas algumas recomendações personalizadas a cada participante, relativas a processos formativos e de capacitação da sua procura ativa de emprego.

No fim, é ainda realizada uma reunião de avaliação final com as entidades sinalizadoras e o Centro de Emprego para a apresentação dos resultados finais conseguidos com os participantes em termos de empregabilidade e da sua capacitação.

3.5. Metodologia

Nas ações planeadas são implementadas metodologias diversas adaptadas aos públicos desfavorecidos perante o mercado de trabalho e percursos de formação.

Como já foi referido, o Projeto *Click* incrementa o apoio aos serviços de emprego públicos, através da dinamização de sessões que fomentam o progresso das competências transversais de públicos desempregados vulneráveis, assim como desenvolve ferramentas para sensibilizar e capacitar potenciais entidades empregadoras.

No lado da procura, através da dinamização de sessões de *coaching*, que potencializam uma gestão individualizada e participativa no processo de procura de emprego de desempregados vulneráveis contribuindo com instrumentos que a tornam numa procura mais ativa, indo sempre ao encontro das suas motivações e aptidões. No lado da oferta, o projeto apresenta a empregadores formas ativas de promoverem empregabilidade, atuando na dimensão da responsabilidade social. O projeto implica um contacto permanente com potenciais agentes empregadores de um território, conhecendo o perfil que procuram aquando o recrutamento de colaboradores. Este perfil é simultaneamente trabalhado com o grupo de desempregados referidos, desenvolvendo as suas competências pessoais e reforçando a sua motivação nas sessões de *coaching*.

É necessário salientar que este projeto não se limita a uma ligação direta entre o que o mercado de trabalho procura e o que o potencial colaborador tem para oferecer. Com ele, esta ligação é aprofundada, construindo-a de forma conjunta, num processo de adaptação de ambas as partes, o qual desenvolve oportunidades concretas de “teste” com o desenvolvimento de métodos de mentoria profissional.

4. “Para um futuro digital mais inclusivo: desafios e oportunidades”

“Para um futuro digital mais inclusivo: desafios e oportunidades” é o título de um ciclo de workshops regionais, do qual tive oportunidade de participar, enquanto estagiária integrada nas atividades do Acordo de Cooperação entre o IEFP, IP e a EAPN Portugal.

Este ciclo de workshops desenvolve-se em torno dos novos desafios que a digitalização coloca no futuro do trabalho. Estes workshops tiveram lugar em 3 cidades, sendo a primeira Porto, a segunda Lisboa e a terceira Coimbra. Enquadra-se no plano de

atividades definido ao abrigo do protocolo de cooperação celebrado entre a EAPN Portugal e o IEFP, IP, em 2019.

O objetivo principal é o de promover a reflexão, o debate construtivo e abrir caminho à produção de contributos sobre o desenho de novas propostas, que garantem maior eficácia na promoção de competências, melhor empregabilidade e emprego mais projetado. Do diálogo que se pretende promover entre serviços públicos de emprego e formação, setor privado e organizações da economia social, resulta um documento com recomendações a apresentar sectorialmente numa Conferência Internacional, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

No que diz respeito aos objetivos mais específicos, estes passam por discutir estratégias de redução de riscos de segmentação do mercado de trabalho que traz a revolução digital e a emergência de novas profissões; debater modelos mais inclusivos da educação inicial à formação ao longo da vida, num quadro de desafios demográficos e sociais incontornáveis e clarificar formas de acautelar uma proteção social de qualidade nas designadas profissões non-stand (NSE), em clara expansão neste contexto de digitalização do mercado de trabalho.

Relativamente a quem se destinam estes workshops, os principais públicos-alvo são os técnicos de serviços públicos de emprego e formação profissional; os técnicos de entidades formadoras; os técnicos de empresas e associações empresariais e ainda os técnicos de organizações de economia social e outras instituições com reflexão e experiência nas áreas da digitalização e respetivo impacto na reconfiguração do mercado de trabalho.

Para a dinamização de cada workshop regional, a metodologia utilizada é a de *world café*, um modelo dinâmico, de trabalho em equipa, que leva à participação de todos. Os presentes são distribuídos por 3 mesas, cada uma das quais debruça-se sobre questões relacionadas com os temas propostos. Cada grupo tem de eleger um relator que fica encarregue de transmitir as propostas/ sugestões aos restantes grupos no momento de partilha final. A EAPN Portugal espera com este evento reunir diferentes sensibilidades para que o debate de ideias seja enriquecido.

As principais sugestões e desafios identificados para cada um dos temas, são posteriormente sistematizados num documento de trabalho a ser apresentado numa Conferência a ter lugar na FLUP. Esta permite conjugar a visão dos técnicos de terreno,

resultante da realização do ciclo de workshops, com a visão de especialistas, académicos e experts internacionais, com o objetivo crucial de lançar pistas de ação futura para o curto e médio prazos.

Capítulo IV – Estágio

1. Porquê fazer estágio?

A minha decisão em fazer estágio curricular ao invés de dissertação, assentou no facto deste me permitir complementar a minha formação e ainda me preparar para o mercado de trabalho. Sem qualquer experiência prévia no que concerne ao mundo laboral na área da Sociologia, vi no estágio curricular a oportunidade de aprofundar conhecimentos e desenvolver competências sociais e pessoais que me possibilitassem uma maior aprendizagem prática.

A verdade é que, o mercado de trabalho, cada vez mais, exige profissionais preparados para desempenhar as suas atividades e, uma vez que as oportunidades e ofertas de emprego, face ao panorama nacional e internacional são escassas, sabemos que as empresas e instituições são muito mais seletivas no recrutamento. Por este motivo, considero que o estágio curricular é uma mais-valia, dado que nos prepara para as mais variadas situações reais de trabalho, aquando a inserção no mercado de trabalho.

Ressalto ainda que, a fase de estágio curricular, além de “solucionar” a inexperiência dos futuros profissionais, consente ainda que façamos uma articulação entre a componente teórica da profissão, isto é, aquilo que aprendemos ao longo da nossa formação, e a componente prática. Desta forma, creio que o estágio curricular tem a capacidade de nos mostrar como podemos adequar noções teóricas já aprendidas, aos problemas reais em contexto de trabalho, para que possamos construir um estilo próprio de atuação.

2. Ambiente de estágio

O meu estágio curricular teve uma duração de cerca de 4 meses, sendo que teve início no dia 16 de setembro de 2019 e terminou no dia 8 de janeiro de 2020 (férias de Natal incluídas), decorrendo durante o horário diurno de normal funcionamento da entidade de acolhimento.

Em relação às orientadoras do estágio, a professora orientadora por parte da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra foi a Professora Doutora Madalena Duarte, docente de Sociologia, sendo que a orientadora da Rede Europeia Anti Pobreza, foi a Dra. Graça Costa, técnica superior e coordenadora do Projeto *Click*. A cada uma das orientadoras foram remetidas determinadas funções, assim, a professora Madalena apoiou-me, enquanto estagiária, na elaboração do presente relatório. Já a orientadora da EAPN Portugal, apoiou-me nas atividades designadas desde o início do estágio, de modo a que conseguisse cumprir todas as tarefas da melhor forma possível.

No primeiro dia de estágio, fui apresentada a todos os técnicos e técnicas da Rede presentes nesse dia, ainda que alguns estivessem de férias conhecendo-os mais tarde, à senhora da limpeza e à telefonista, que demonstraram desde logo, disponibilidade em ajudar-me caso precisasse de tirar alguma dúvida sobre o funcionamento da organização e/ou colocar alguma questão relacionada com as atividades propostas no plano de estágio. Nesse mesmo dia foi-me designado um lugar, no primeiro piso do edifício, facultado um computador bem como materiais e documentos relativos à EAPN e ao Projeto *Click*.

Na sede da EAPN Portugal, onde decorreu o meu estágio, existem cinco departamentos, dois observatórios e a direção. O departamento ao qual pertence a orientadora que me foi designada, é o departamento de desenvolvimento e formação, do qual, para além dela, fazem parte mais três técnicos. Todavia, apenas ela era responsável pelo *Click*, sendo ela a coordenadora do mesmo. É importante ainda destacar que, durante as duas edições do projeto no ano de 2019, uma técnica do IEFP, IP, trabalhou na Rede, através do protocolo estabelecido entre as duas entidades. A Dra. Marta Mucha foi a técnica do IEFP que acompanhou as fases do projeto nas duas edições de 2019, contudo as suas funções debruçavam-se essencialmente no ciclo de workshops regionais, mencionados anteriormente. Assim, posso dizer que as pessoas com quem mantive um contacto mais próximo foram a Dra. Graça Costa (minha orientadora na EAPN) e a Dra. Marta Mucha.

Para além delas, estabeleci contacto com pessoas do departamento de investigação e projetos, do departamento de informação e documentação e do departamento de comunicação, visto que partilhávamos o mesmo “gabinete”, sendo que o departamento de desenvolvimento e formação era no segundo piso, onde se

encontrava a minha orientadora. Isto permitiu-me ter acesso a outros projetos que estavam a decorrer, assim como às formas de lidar com as mais variadas situações de cada pessoa. Apesar de todas as pessoas com quem lidei no gabinete onde estava demonstrarem uma grande disponibilidade em apoiar-me, senti que teria sido mais apropriado eu ter ficado no gabinete do departamento de desenvolvimento e formação, visto que era onde se encontrava a minha orientadora e, todo o processo teria sido facilitado.

É de notar ainda que, devido às sessões de *coaching* do Projeto *Click*, às quais tive oportunidade de assistir como observadora não participante, nem sempre o local do meu estágio era a sede, isto porque as sessões decorriam em Matosinhos, numa antiga escola primária. No entanto, as sessões decorriam apenas durante a manhã, dois dias por semana geralmente e, à tarde, regressava à Rede com a minha orientadora.

3. Atividades desempenhadas durante o estágio

Ao abrigo do Acordo de Cooperação entre a EAPN Portugal e o IEFP, IP, foi-me apresentado um plano de estágio, com os principais eixos de atividade que nortearam o plano de ação de 2019, que já mencionei anteriormente.

De modo geral, as atividades programadas em plano de ação, incidiam em três domínios: domínio da Comunicação e Informação; domínio da Informação e Sensibilização e domínio da Intervenção com Públicos Vulneráveis. Posto isto, as atividades que a entidade acolhedora considerou que seriam uma mais-valia eu colaborar foram nos últimos dois domínios.

Em relação ao domínio da Informação e Sensibilização, havia 2 atividades propostas no plano de ação e eu desempenhei tarefas nas duas. A primeira atividade consistia nos três workshops regionais sobre a digitalização e o futuro do trabalho com as organizações de economia social, serviços de emprego e empresas. Estes três workshops tiveram lugar no Porto, em Lisboa e em Coimbra, onde estive presente em dois deles (Porto e Coimbra). Dentro desta atividade, as tarefas que exerci passaram por participar na organização da metodologia de trabalho dos workshops com a equipa técnica do protocolo, por exemplo, a fazer pastas com documentos para dar aos participantes e também a contactar empresas e entidades que ainda não tinham dado

resposta, para perceber se iam ou não estar presentes. Isto foi das primeiras tarefas que desempenhei, uma vez que o primeiro workshop foi realizado na minha primeira semana de estágio. Nesse mesmo workshop e, mais tarde no de Coimbra, participei numa das mesas de trabalho, juntamente com os demais participantes, ainda que na forma de observadora. Em cada um dos workshops, era pedido aos participantes que sintetizassem ideias e as escrevessem, para que no fim o relator de cada mesa as transmitisse aos restantes membros de cada grupo. A mim, cabia-me transcrever e organizar essas ideias em *word*, bem como transcrever ideias que iam sendo debatidas ao longo dos workshops, sendo que as intervenções eram gravadas, posteriormente encaminhava para a Dra. Marta (técnica do IEPF, IP), colaborando assim na redação do documento com a elaboração de recomendações, a ser apresentado mais tarde na Conferência internacional sobre a digitalização e o futuro do trabalho.

A segunda atividade do domínio da Informação e Sensibilização foi precisamente a realização da Conferência internacional sobre a digitalização e o futuro do trabalho, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 10 de dezembro. As tarefas que realizei neste âmbito foi elaborar novamente pastas com documentação para os participantes e, dado que estive presente na Conferência, tirar notas para a elaboração de atas e encaminhar as mesmas para a Dra. Graça e para a Dra. Marta.

No que concerne ao domínio da Intervenção com Públicos Vulneráveis, este é focado exclusivamente no Projeto *Click* e, também onde desempenhei mais tarefas. A primeira fase do projeto é o recrutamento de participantes e essa, foi a única atividade em que não participei. O que acontece após esta etapa, são as sessões de *coaching* individual e, apesar estar programado eu assistir a duas dessas sessões, acabou por não acontecer, já que eram sessões de cariz privado e, a minha orientadora, achou melhor resguardar a privacidade dos participantes. No entanto, participei como observadora não participativa nas sessões de *coaching* coletivas, onde estava com os participantes do *Click* e tirava notas para o relatório bem como para debater com a minha orientadora.

O que acontece a seguir às sessões de *coaching* é a fase de mentoria profissional, isto é, um pequeno estágio de cerca de 11 dias, em empresas, que todos os participantes realizam, onde podem aplicar as competências que desenvolveram previamente.

À priori, cabia à minha orientadora contactar o máximo de entidades empregadoras e apresentar-lhes o Projeto *Click*, para tentar estabelecer parcerias com as mesmas e que estas aceitassem receber os participantes. Após estes contactos e consoante as características e gostos de cada participante, estes eram encaminhados para as entidades empregadoras. Para que isto aconteça, é necessário que haja reuniões preparatórias com as entidades empregadoras que vão acolher os participantes, para definir objetivos de mentoria e ser atribuído um mentor ao participante, que o irá acompanhar e apoiar durante a mentoria profissional.

Eu pude participar nalgumas destas reuniões, nomeadamente em 2 no Pingo Doce, uma na Nourato de Matosinhos, uma na CPCDI (Companhia Portuguesa de Computadores – Distribuição de Produtos Informáticos, S.A.) e numa com a Euromex, uma empresa com destaque para a vertente de higiene e limpeza mecanizada de edifícios (sendo estas as principais entidades parceiras do projeto nas edições de 2019). Estas reuniões serviam, para além de definir objetivos entre os mentores e os participantes, para conhecermos as infraestruturas, perceber as condições em que cada participante iria trabalhar e quais as funções que iriam desempenhar no período de 11 dias.

É importante referir que, todas as sextas-feiras durante o período de mentoria profissional, os participantes tinham sessões de *coaching* (coletivas) de acompanhamento com a psicóloga, onde eu e a minha orientadora também estávamos presentes. Chegado ao fim este período, importa ter reuniões de avaliação com as entidades empregadoras onde estivesse o responsável ou gerente e o mentor designado a cada participante. De forma a consolidar algumas notas, participei nalgumas destas reuniões como na das participantes que realizaram a sua mentoria profissional na Euromex e nalgumas nos diversos Pingo Doce em que, a maior parte dos participantes, estagiaram durante os 11 dias.

Como já foi mencionado anteriormente, a quarta e última fase do projeto designa-se de “*Click* de saída” e estava no plano de atividades, contudo, devido à falta de tempo e falhas na calendarização, na edição em que participei, esta etapa não ocorreu. Por este motivo, não tive oportunidade de colaborar na organização desta fase.

Para além destas tarefas, a maior parte dos dias em que estava na Rede, fazia o tratamento de questionários de avaliação das várias fases do projeto, tanto da

primeira edição de 2019 (na qual não estive presente), assim como da segunda edição. Este tratamento consistia em passar para programas de análise, os questionários de avaliação que iam sendo entregues aos participantes, para que depois, estes gerassem dados que eu encaminhava para a minha orientadora, que por sua vez analisava para colocar nos relatórios do Projeto *Click*.

Na minha perspetiva, a maioria das tarefas que realizei no estágio foram importantes para, em primeiro lugar, ficar a conhecer mais estreitamente a Rede Europeia Anti Pobreza e as suas formas de atuação. Além disso, proporcionou-me a oportunidade de conhecer de forma detalhada como se processa a organização de um projeto com tanto impacto social como o Projeto *Click*, ajudando-me ainda a compreender e aprofundar conhecimentos que considero úteis aquando o ingresso no mercado de trabalho.

Capítulo V – Metodologia

1. Escolha metodológica utilizada

Em termos metodológicos, optei pelo método de análise qualitativa uma vez que pretendia, fundamentalmente, abordar questões do foro subjetivo e de âmbito comportamental com alguma profundidade, o que o método quantitativo e a natureza das técnicas a ele associadas, não permitem.

A análise qualitativa, apesar da subjetividade que sempre lhe está associada, e que pode traduzir um desafio para os investigadores, mas também uma potencialidade, permite precisamente isso, trazer a essência e a reflexão sobre o objeto de estudo para primeiro plano, independentemente das opiniões serem mais ou menos partilhadas pelos elementos da amostra, porque todas são igualmente significantes. Por este motivo, para a recolha de dados a técnica principal escolhida foi a entrevista individual semiestruturada, sendo que este tipo de entrevistas dá a oportunidade que quem as faz de ter um guião previamente elaborado, mas ao mesmo tempo ser adaptável ao rumo do diálogo entre entrevistador e entrevistado, dando uma maior flexibilidade ao primeiro.

Por este motivo, as entrevistas tiveram como orientação um guião e, de forma a que a informação fosse o mais fidedigna possível, foram sempre gravadas e transcritas com a devida autorização de todos os entrevistados, que foram desde o princípio, informados sobre a garantia da confidencialidade da informação.

2. Universo e construção da amostra

Para selecionar uma amostra dentro do universo de participantes do Projeto *Click*, é necessário enquadrar primeiramente a seleção de participantes para o projeto. Inicialmente são previamente selecionadas 50 pessoas, todas elas desempregadas e beneficiárias de RSI. Esta seleção é feita pela técnica da EAPN Portugal e pela técnica do IEFP, IP. Após a realização de uma entrevista a cada uma delas, são selecionados os 20

participantes que irão fazer parte do projeto, sendo este o número máximo que cada edição pode ter.

A edição da qual pude fazer parte como observadora não participante, enquadrada no meu estágio curricular, foi a 2ª edição de 2019, ou seja, no segundo semestre do ano. Nesta edição, foram apenas selecionados 18 participantes pelas técnicas, contudo, dois deles desistiram logo no início, sendo que um foi encaminhado para formação profissional e o outro para baixa médica. Concluímos assim que o nosso universo total se compõe por 16 pessoas.

Para a identificação e seleção de participantes a entrevistar, considerei oportuno selecionar uma amostra que tivesse como critérios o género, a duração de desemprego, a idade e as habilitações literárias de cada participante, de forma a haver uma maior diversidade e representatividade, tendo ainda em conta o facto de haver 4 jovens NEET (*Not in Education, Employment or Training*) e 3 serem de etnia cigana, algo que inclui de igual forma.

Após uma análise do perfil de cada participante, considerei que o melhor era selecionar 50% do universo para entrevistar, resultando numa amostra de 8 pessoas.

Nome	Habilitações	Duração de desemprego	Idade	Género
Participante 1	6º ano/ frequência 8ºano	3 anos	42	F
Participante 2	9º ano	20 anos	57	F
Participante 3	9º ano/corso ajudante de carpintaria	1º emprego	29	M
Participante 4	6º ano	7 anos	33	F
Participante 5	9º ano	8 anos	35	F
Participante 6	4º ano	1 ano	38	M
Participante 7	9º ano	3 anos	23	F
Participante 8	12º ano	9 anos	43	F
Participante 9	9º ano	9 anos	45	F
Participante 10	9º ano/corso reparação de carroçaria	1º emprego	23	M
Participante 11	9º ano	16 anos	37	F
Participante 12	12º ano/ curso de estética e massagens	1º emprego	20	F
Participante 13	6º ano/ curso pastelaria e empregado de mesa	1º emprego	22	M
Participante 14	6º ano/frequência 9º ano	10 anos	48	M
Participante 15	4º ano	3 anos	53	M
Participante 16	6º ano	7 anos	36	F

Tabela 1- Características gerais de todos os participantes do Projeto Click da 2ª edição de 2019

Na tabela 1, podemos observar as características de todos os participantes do projeto, tabela esta que me ajudou na construção da minha amostra. Para que esta fosse o mais confiável possível, e uma vez que decidi fazer entrevistas a 50% do universo, tentei que também esta fosse a percentagem utilizada para cada critério.

Começando pelo mais fácil de calcular, o género, ao observar a tabela apercebemo-nos de que há 10 participantes do género feminino e 6 participantes do género masculino. Assim sendo, foram selecionadas 5 mulheres (50%) e 3 homens (50%).

Relativamente à duração de desemprego, como já mencionei anteriormente, havia 4 jovens NEET (1º emprego na tabela), logo selecionei dois, o que mais uma vez equivale a metade (50%). Querendo incluir a minoria (etnia cigana) na minha amostra e os 3 participantes pertencentes à mesma, já se encontrarem inseridos nos jovens NEET, selecionei uma pessoa (33,33%), para que pudesse ter um jovem NEET de etnia cigana e outro não pertencente a esta. Desta forma, selecionei uma participante do género feminino e um participante do género masculino, que na tabela correspondem à participante 12 (etnia cigana) e ao participante 10, respetivamente. Ficam, desta forma, a restar selecionar 6 pessoas, 3 do género feminino e 3 do género masculino, correspondentes ao emprego de longa duração.

No que concerne à idade, decidi formar grupos etários dos 20 – 29; 30 – 39; 40 – 49 e 50 – 59. Na medida em que o primeiro grupo já estava selecionado, e restavam 6 participantes, decidi dividi-los, de forma igual pelos restantes grupos etários, atribuindo dois participantes a cada grupo etário.

Considerando as habilitações literárias e, uma vez que aqui os cálculos não se podiam fazer em todos os níveis de escolaridade pela metade (com exceção do 6º ano com dois participantes e do 12º, igualmente com duas participantes), tentei aproximar e no grupo etário 30 – 39, escolhi a participante 4 e a participante 5, com o 6º e 9º ano, respetivamente. Já no que diz respeito ao grupo 40 – 49, os participantes selecionados foram a participante 8, e (apesar de já haver representatividade de 12º ano pela participante 12 [jovem NEET], atentei que seria importante haver também de alguém que fosse desempregado de longa duração), e o participante 14, com o 6º ano. Por fim, no último grupo etário, selecionei a participante 2, com o 9º ano e o participante 15, com o 4º ano.

Perfiz assim a minha amostra de 8 pessoas, sendo 5 mulheres e 3 homens. Dois jovens NEET e 6 pessoas em situação de desemprego de longa duração. Duas pessoas por cada grupo etário composto e 1 pessoa com o 4º ano, 2 com o 6º ano, 2 com o 12º ano e 3 com o 9º ano. Em geral, creio que a representatividade da amostra que construí, se aproxima bastante da do universo dos 16 participantes.

3. Planificação e realização das entrevistas

Posteriormente à seleção da amostra, foi fundamental compor um guião com perguntas orientadoras e que fossem ao encontro dos objetivos da investigação, que se prenderam, sobretudo, com as vivências do desemprego por parte dos participantes do projeto e de que forma este contribuiu nas suas trajetórias.

As entrevistas tiveram lugar em dezembro de 2019, quando a edição do projeto terminou. Houve uma última sessão de *coaching* coletiva, onde falei com os participantes que havia previamente selecionado para lhes perguntar se me cediam as entrevistas e, todos me disseram que sim. Como nesta edição não houve tempo para se concretizar a última fase do projeto (*Click* de saída), ao invés, cada participante teve uma sessão individual com a psicóloga, realizadas na Segurança Social de Matosinhos.

Portanto, aproveitei que todos os participantes iam ter sessões e, enquanto uns estavam com a psicóloga, eu entrevistava os que tinha elegido para a amostra. Apesar de todos os participantes que selecionei para entrevistar se terem mostrado bastante disponíveis, tenho de salientar que tive algumas dificuldades, por vezes, a que eles desenvolvessem as suas respostas. Talvez por ter sido a primeira vez que passei por todo o processo de seleção de amostra e realização de entrevistas, creio que as falhas possam ter sido da minha parte, por nem sempre saber conduzir as entrevistas, ainda que tenha de realçar que tentei sempre que consegui, adaptar a linguagem a cada entrevistado. Por conseguinte, as entrevistas não tiveram a duração que eu, antes de as fazer, esperava que tivessem, sendo que a entrevista mais longa que tenho é de 30 minutos e 12 segundos.

À posteriori todas as entrevistas foram transcritas por mim, bem como analisadas no software MAXQDA, que abordarei no próximo capítulo.

4. Observação não participante

Como complemento à investigação, é essencial referir a observação não participante, apresentando-se, esta técnica como uma configuração de ligação e de interação que possibilita um aprofundamento da análise dos fenómenos em estudo.

Enquanto estagiária na EAPN Portugal, o trabalho que desenvolvi não se restringiu a um computador e a uma secretária na sede da rede, pois tive a oportunidade de me envolver no Projeto *Click* enquanto observadora não participante, ainda que de forma direta.

Durante o tempo de observadora não participante, pude assistir às sessões de *coaching* coletivas, onde os participantes desenvolveram e aprenderam competências comportamentais, bem como no seu acompanhamento aquando a fase de mentoria profissional.

Ainda no contexto do projeto e como já referi anteriormente, algumas das minhas funções também passaram por acompanhar a minha orientadora de estágio às reuniões de preparação de mentoria profissional, assim como às reuniões de avaliação dos participantes após esta fase.

O contributo desta técnica foi fundamental para ter uma noção do todo, ou seja, não apenas das pessoas que entrevistei, mas também das restantes. Ainda que não possa ter interagido com o grupo de participantes em circunstâncias que gostaria de ter podido, (o que considero uma desvantagem, até porque em todas as sessões que observei gostaria de ter dito determinadas coisas em certos momentos), creio que esta técnica foi uma mais-valia não só para a redação do relatório, mas também porque me deu a oportunidade de alargar os meus conhecimentos sociológicos e refletir sobre realidades tão vulneráveis quanto as do desemprego.

Capítulo VI - Apresentação e Análise de Resultados

No seguimento do capítulo anterior, neste irei apresentar e analisar os resultados das entrevistas feitas aos participantes do Projeto *Click*.

Este capítulo é dividido em dois pontos de análise, um primeiro que se irá focar na forma como os entrevistados lidam com o desemprego e um segundo que analisará o impacto do Projeto *Click* nas suas vidas.

Para a estrutura dos dados das entrevistas utilizei o MAXQDA, um software utilizado com métodos qualitativos, que permite codificar categorias e subcategorias, de modo a organizar as respostas. Assim, criei 7 categorias e respetivas subcategorias (que se encontram na tabela abaixo), de forma a que análise fosse o mais sucinta e precisa possível.

Categoria	Subcategoria
Características gerais	Género
	Idade
	Duração de desemprego
	Habilitações literárias
Percurso profissional	Idade do 1º emprego
	Profissões exercidas
	Último emprego
	Razões de despedimento
(Re)inserção profissional	Formas de fazer a procura
	Acesso a ofertas de emprego
	Feedback
	Dificuldades na procura de emprego
Consequências do desemprego	Impactos familiares
	Impactos sociais
	Impactos económicos
	Impactos psicológicos
Apoios	Ajudas estatais
	Ajudas de amigos
	Ajudas familiares
RSI	Valor
	Condições para abdicar do RSI
Satisfação com o Projeto Click	Maior contributo
	Vantagens
	Desvantagens

	Aspetos a mudar
	Sessões de <i>Coaching</i>
	Mentoria Profissional
	Celebração de contrato
	Impacto do projeto

Tabela 2 - Tabela síntese das categorias e subcategorias referentes à análise das entrevistas

Na tabela 2, estão discriminadas todas as categorias e subcategorias criadas para a análise das entrevistas, de forma a apresentar resultados que vão ao encontro do objetivo da investigação.

A primeira categoria serve apenas como orientação, uma vez que na construção da amostra, todas as características dos entrevistados foram abordadas.

Em relação à segunda categoria, considerei importante colocar como subcategoria a idade que os entrevistados tinham quando começaram a trabalhar, as profissões que já haviam exercido até ao momento do projeto, o último emprego que tiveram e quais as razões que levaram ao seu despedimento.

Na terceira categoria, coloquei como subcategoria as formas como os entrevistados fazem a procura ativa de emprego, se eles têm acesso a ofertas de emprego e quais, o feedback que as empresas lhes dão aquando o envio de currículo e as dificuldades que eles sentem quando fazem esta procura.

As “consequências do desemprego” é uma categoria importante, na medida em que nos permite observar os impactos negativos que a situação de desemprego provoca nos entrevistados, a nível familiar, social, económico e psicológico.

No que concerne à quinta categoria, isto é, os apoios prestados aos entrevistados, resolvi dividir em três subcategorias, sendo que os apoios estatais estão relacionados com o subsídio de desemprego que alguns dos entrevistados receberam antes de serem beneficiários de RSI, as ajudas de amigos, ou seja, os auxílios que os amigos dos entrevistados lhes prestam e as ajudas familiares que consistem nos apoios concedidos pelos familiares mais próximos dos entrevistados.

Na categoria de “RSI”, importa saber o valor que cada entrevistado ganha para que se possa fazer uma comparação com os salários praticados no nosso país, assim como com o valor dos bens essenciais. Importa também saber quais as condições que

um trabalho teria de ter para que os entrevistados abdicassem do valor que recebem de RSI.

Por fim, a última categoria que irá ser analisada no segundo ponto deste capítulo, tem a ver com a satisfação com o Projeto *Click*, de forma a perceber o efeito que o projeto teve nos participantes. Para que a análise seja mais profunda, estabeleci como subcategorias qual o maior contributo que o projeto teve na vida dos entrevistados, as vantagens e desvantagens do projeto, os aspetos que os entrevistados consideraram que tinham de ser alterados, tudo o que implicava as sessões de *coaching*, isto é, se eles gostaram das sessões, se as consideraram úteis, se aprenderam alguma coisa no tempo em que estavam nas sessões, assim como na mentoria profissional, ou seja, se os participantes gostaram desta fase, se puderam aplicar as competências que haviam desenvolvido previamente nas sessões coletivas, se celebraram ou não contrato com as empresas após o período de estágio e, por fim, o impacto do projeto, de forma a perceber se este teve um impacto positivo na vida dos participantes e se foi vantajoso.

1. As vivências do desemprego

Neste primeiro ponto, serão analisadas as primeiras categorias e subcategorias, de forma a perceber os percursos pessoais de cada entrevistado, até porque como já foi abordado neste relatório, as experiências de desemprego são múltiplas e, cada pessoa vive este fenómeno de forma diferente.

Categoria	Subcategoria	Respostas
Percurso Profissional	Idade do 1º emprego	E1 - “21”
		E2 - “Eu comecei a trabalhar com 16 anos”
		E3 - “Vinte”
		E4 - “foi aos vinte anos.”
		E7 - “Eu comecei a trabalhar com 18 anos”
		E8 - “Tinha 14 anos quando comecei a trabalhar”
	Profissões exercidas	E1 - “Primeiro comecei por ser guia turística, depois fui para a Universidade Portucalense onde estive 16 anos, depois estive na secretaria académica, depois estive nos serviços financeiros, depois estive no economato, depois estive como ajudante do assessor da reitoria e depois estive na reitoria.”

	<p>E2 - “deixei ficar a escola e comecei numa loja de chineses. Tive 5 anos na venda ao público direta, a lidar com os clientes, depois daí fui para uma frutaria e entretanto, estive num supermercado, tive como sócia/gerente de um café e fui fazendo, pronto, estes trabalhos pontuais.”</p> <p>E3 - “Fui ajudante de cozinha, empresas de limpeza, shoppings, restaurantes a servir às mesas e mais nada de especial.”</p> <p>E4 - “a nível profissional eu trabalhei como operadora de telemarketing e depois fui para empresas como uma de reclames luminosos, fazia a receção, os pedidos de assistência aos reclames e depois para a Lecafer, aqui em Matosinhos”</p> <p>E7 - “fui para o serviço militar obrigatório. Depois já trabalhei como auxiliar de ação médica no Hospital de São João, já fui segurança, já tive um café meu e trabalhei por minha conta noutra empresa”</p> <p>E8 - “comecei por aprendiz de pintor, depois trabalhei em carpintaria, quer dizer eu desde os 14 até aos 50 tive sempre a trabalhar, depois é que parei.”</p>
Último emprego	<p>E1- “Era a secretária da reitoria. Era administrativo.”</p> <p>E2 - “O meu último emprego foi um part-time numa casa de sandes aqui em Matosinhos.”</p> <p>E3 - “Foi limpeza.”</p> <p>E4 - “era escriturária, administrativa comercial.”</p> <p>E7 - “O meu último emprego, fui empresário em nome individual, na área comercial”</p> <p>E8 - “O meu último emprego foi na Mota-Engil a trabalhar como condutor e manobrador.”</p>
Razões de despedimento	<p>E1 - “Não foi despedimento, eu acabei por sair, acabei por nem me despedir nem eles me despedirem, eu tive uma licença de vencimento, as razões foram as de saúde do meu filho e do meu ex-marido.”</p> <p>E2 - “O motivo de saída foi porque fechou.”</p> <p>E3 - “A empresa fechou.”</p> <p>E4 - “As razões foi diminuição de vendas, houve uma diminuição muito grande das vendas e extinção do posto de trabalho. Porque como foi o evoluindo, o sistema, passou a ser permitido aos colegas de balcão fazer a respetiva fatura ou venda a dinheiro e, o meu posto, foi abolido, digamos assim. Se permitiu o balcão fazer, já não justificava.”</p>

		E7 - “Muito sinceramente? A política, os impostos, a margem de lucro cada vez menor, tive que cessar atividade”
		E8 - “fui despedido porque não havia trabalho, houve muitas mudanças do governo com as obras públicas e então acabou-se.”

Tabela 3 - Percorso profissional dos entrevistados

Ao analisar a tabela 3, percebemos que apenas com a exceção de dois entrevistados que eram menores de idade quando começaram a trabalhar (E2 e E8), todos os outros já eram maiores de idade.

Em relação às profissões exercidas por cada um, há toda uma panóplia, mesmo em cada resposta percebemos que a experiência profissional de cada entrevistado é bastante vasta.

No que respeita ao último emprego e às razões que levaram ao despedimento de cada participante entrevistado, há que salientar a proximidade dos motivos que em dois casos a empresa fechou (E2 e E3), noutro o entrevistado teve que cessar atividade devido à elevada carga fiscal (E7) e outro porque não havia trabalho (E8). Sabendo que a maior parte dos entrevistados são desempregados de longa duração, como vimos no capítulo anterior, podemos assumir que estas razões de despedimento têm uma correlação com a crise económica que espoletou em 2008 e atingiu também a economia portuguesa. Há depois o caso do despedimento dado que houve uma evolução do sistema que permitiu a outras pessoas que já desempenhavam tarefas na empresa (E4), fazer o trabalho da entrevistada, o que levou a que o seu posto fosse “abolido”. Notamos, neste caso, a evolução tecnológica muito característica também das décadas mais recentes.

É de notar que os dois jovens NEET não integram esta categoria, na medida em que se encontravam à procura do 1º emprego.

Categoria	Subcategoria	Respostas
(Re)inserção profissional	Formas de fazer a procura	E1 - “Eu respondo a empregos que me são enviados por email pelo centro de emprego.”
		E2 - “Tanto pela net, como pessoalmente nos locais, como enviar currículos (...) É assim, normalmente eu vou quando vejo eu estão a precisar de funcionários e então, peço para falar com o gerente ou com o patrão e aí falo diretamente. Se pedirem o currículo, ao outro dia ou até mesmo nesse dia, envio o currículo.”

		<p>E3 - “É pelo fundo de emprego, sapo net...”</p> <p>E4 - “É assim, houve uma fase da minha vida que nem sequer fazia procura (...) agora é mandar emails, estou inscrita na loja de emprego, inscrita na Net Empregos, vou recebendo mesmo por sms os empregos que eu pretendo ou não e recebo a nível nacional.”</p> <p>E5- “Normalmente é através de ir regularmente aos sítios que precisam, costumava ir ver na casa da juventude que eu ia para lá, porque havia sempre lá atividades e lá tem uns papéis com empregos.”</p> <p>E6 - “Entrego currículos em vários locais.”</p> <p>E7 - “Procuro na internet, através do centro de emprego, falo com pessoas amigas...”</p> <p>E8 - “Envio currículos, também vou às firmas e assim.”</p>
	Acesso a ofertas de emprego	<p>E1 - “normalmente são as do centro de emprego que eu respondo (...) uma vez tive uma má experiência e respondi a um anúncio que era assim uma coisa muito esquisita, portanto a partir daí prefiro estes que sei que são de fonte segura.”</p> <p>E2 - “No IEFP, tenho os outros sites tipo indeed de trabalhos temporários...”</p> <p>E4 - “Tirando as dos sms, não tenho mais nada. E foi porque eu me inscrevi, se não, nem tinha. É só para quem se inscreve nesses sites.”</p> <p>E6 - “Sim, tenho lá no centro de emprego.”</p> <p>E7 - “Sim, tenho, através da internet, há vários sites com ofertas de emprego.”</p> <p>E8 - “costumo ter outras ofertas, por exemplo, de construção civil.”</p>
	Feedback	<p>E1 - “alguns ainda dizem alguma coisa “não, não vale a pena”; ou é a idade ou “não tem experiência”, qualquer uma dessas.”</p> <p>E2 - “Normalmente fica sempre um registo, nós ao enviarmos, fica sempre o registo e eles dizem que em princípio vão verificar e se estiverem interessados realmente ligam e dão feedback. Às vezes ligam, sim. A perguntar os horários, qual a área que nós queremos...”</p> <p>E3 - “É negativo, porque é assim ou eu não tenho a escolaridade suficiente, ou porque não é a minha área, ou já arranjam outra pessoa...”</p> <p>E4 - “Por muito que mande, eu não tenho tido resposta. Nem a dizer que não precisam, nada... não tenho feedback.”</p>

		E5 - “Normalmente, quando são áreas específicas, dizem que eu não tenho experiência. Houve também empresas de trabalho temporário que como era o meu primeiro emprego disseram que era complicado e fiquei em lista de espera.”	
		E6 - “É que aguarde para que me chamem.”	
		E7 - “Dizem-me “vamos pensar nisso” e depois olham para o currículo, veem uma pessoa com 48 anos e é velha para trabalhar e é novo para a reforma, é isso que veem.”	
		E8 - “dizem-me que tenho de aguardar e que entram em contacto comigo.”	
	Dificuldades na procura de emprego		E1 - “É a idade e são as habilitações literárias que hoje em dia não são nada, na altura eram alguma coisa hoje em dia não são nada.”
			E2 - “Falta de emprego, falta de mais variedade de empregos. O que existia se calhar há 10 anos, neste momento não existe. Temos pouco por onde escolher (...) aquelas que estão a precisar, estão lotadas de pessoas a pedir. É como se costuma dizer, quando se tem uma cunha ou um conhecimento é mais fácil de entrar.”
			E3 - “Porque agora pedem o 10º ano ou o 12º e é um bocado mais complicado.”
			E4 - “As maiores dificuldades que eu sinto, eu vou-lhe dizer, eu fico muito animada quando faço uma entrevista, eu fico muito otimista, eu venho quase a dizer que tenho o emprego assegurado e depois, não tenho! Não me chamam, não me dizem nada. Porque eu sou uma pessoa assim, quem gosta de mim, adora-me e quem não gosta, detesta-me. Não há meio termo. Eu sinto que seja um bocadinho por isso. É da minha personalidade, porque eu sou muito frontal, sou muito honesta, muito franca e, há pessoas que não reagem bem com pessoas como eu, só isso.”
E5 - “É sobretudo a falta de experiência, em alguns casos pontuais, a escolaridade também.”			
E6 - “Tenho medo de errar alguma coisa, o meu medo é esse.”			
E7 - “É precisamente a idade.”			
E8 - “Há firmas que apontam a minha idade, que já tenho uma idade um bocado avançada.”			

Tabela 4 - (Re)inserção profissional

Na tabela 4 observamos que as formas como os entrevistados fazem a procura de emprego é muito semelhante, sendo que regra geral eles enviam currículos por internet ou deixam em locais que necessitem de alguém. É importante, novamente, salientar o papel da evolução tecnológica que aqui se apresenta como algo positivo, uma vez que as pessoas, sem terem de sair de casa, conseguem enviar currículos, bem como ter acesso a ofertas de emprego, sendo que a maiorias dos entrevistados acrescenta que parte das ofertas que tem são do centro de emprego.

Por sua vez, o feedback que lhes é dado, é muito vago e com tendência a negativo. Isto porque e passando para a subcategoria seguinte, há sobretudo dois fatores impeditivos que são apontados por alguns entrevistados: a idade e as habilitações literárias. Estas dificuldades que eles encontram aquando a procura de emprego, relacionam-se com o facto de cada vez mais empresas procurarem pessoas mais novas e mais qualificadas, ainda que por vezes, o trabalho em questão não necessite destas duas condições. A idade é mencionada pelos participantes mais velhos que foram entrevistados, ainda que eles se encontrem em idade ativa e, com muitos anos pela frente até terem direito a uma reforma, contudo um participante salienta algo que considero interessante destacar, visto que muitas empresas olham para os currículos e “veem uma pessoa com 48 anos e é velha para trabalhar e é novo para a reforma” (E7).

No caso do jovem NEET, este referiu que a maior dificuldade com que se depara é a falta de experiência (E5), contudo, dado que nunca trabalhou (e tem apenas o 9º ano concluído), está à procura de primeiro emprego, é normal que a sua experiência não seja elevada. Há quem ainda aponte a falta de oferta, ou seja, haver pouco emprego como um obstáculo, acrescentando que “aquelas que estão a precisar, estão lotadas de pessoas a pedir” (E2).

Categoria	Subcategoria	Respostas
Consequências do desemprego	Impactos familiares	E1 - “Não haver dinheiro para nada, é muito complicado, portanto é sempre instável. Todos os amigos do meu filho têm a carta de condução e ele não tem. Tem 22 anos. É uma coisa que às vezes ele me diz “ai oh mãe sou o único” ... mexe comigo, não é?”

		<p>E4 - “eu comprava mais maminhos aos meus meninos do que os que posso comprar agora, porque agora compro só umas pintarolas ou um chocolatinho e dantes comprava mais coisas.”</p> <p>E4 - “não tinha vontade para estar com os meninos, ouvi-los... claro que tinha que estar, mas não era a mesma coisa.”</p> <p>E5 - “Causa sempre um bocadinho de stress em casa, porque às vezes falta alguma coisa e assim.”</p> <p>E7 - “sou divorciado e o meu filho vive com a minha ex-mulher, eu não lhe consigo sequer pagar a pensão de alimentos.”</p>
	<p>Impactos sociais</p>	<p>E1 - “Não haver dinheiro para nada, é muito complicado, portanto é sempre instável. Todos os amigos do meu filho têm a carta de condução e ele não tem. Tem 22 anos. É uma coisa que às vezes ele me diz “ai oh mãe sou o único” ... mexe comigo, não é?”</p> <p>E1 - “Primeiro porque somos conectados com o tipo de pessoas que acho que eu não me enquadro”</p> <p>E5 - “O desemprego, o que me incapacita mais, é a questão evolutiva. Toda a gente gosta de progredir na vida e é mais nisso que eu me sinto penalizado.”</p>
	<p>Impactos económicos</p>	<p>E1 - “Não haver dinheiro para nada, é muito complicado, portanto é sempre instável. Todos os amigos do meu filho têm a carta de condução e ele não tem. Tem 22 anos. É uma coisa que às vezes ele me diz “ai oh mãe sou o único” ... mexe comigo, não é?”</p> <p>E2 - “já se sabe, que em termos de alimentação em termos de usufruir mais um bocadinho, temos que cortar porque não dá.”</p> <p>E2 - “Há coisas superficiais que a gente já não compra.”</p> <p>E3 - “Temos de apertar um bocadinho o cinto, mas nada de especial, só não podemos esbanjar.”</p>
		<p>E4 - “eu podia ir mais vezes comer fora (...)eu comprava mais maminhos aos meus meninos do que os que posso comprar agora, porque agora compro só umas pintarolas ou um chocolatinho e dantes comprava mais coisas (...) houve uma fase que vi as coisas muito malparadas, a nível da minha casa. O banco chamou-nos, nós fizemos tipo uma reestruturação do nosso contrato e aí, o que é que me aconteceu? Faz de conta que o que</p>

		dei, não dei (...) Afetou-me imenso na casa, no condomínio, na comida que tive que ir para a junta pedir comer.”
		E5 - “Causa sempre um bocadinho de stress em casa, porque às vezes falta alguma coisa e assim (...) Não se pode fazer gastos acima do necessário e, mesmo assim, às vezes temos de recorrer a outras pessoas.”
		E7 - “Não dá para comer. E quando vem o mês em que tenho de comprar uma garrafa de gás fica muito apertado mesmo, fica muito difícil (...) sou divorciado e o meu filho vive com a minha ex-mulher, eu não lhe consigo sequer pagar a pensão de alimentos.”
	Impactos psicológicos	E1 - “eu entrei para este projeto numa situação de burnout completamente, portanto há coisas que eu nem tenho noção do que é que estava a fazer”
		E4 - “na altura que perdi o emprego daquela forma tão injusta, deixei-me ir abaixo, mas felizmente foi pouco tempo (...) Agora uma mudança muito radical na minha vida é noutros aspetos enquanto pessoa. A minha autoestima, eu ia todas as semanas para o cabeleireiro sem faltar (...) eu só chorava porque pensava que ia perder a minha casa (...) estive mesmo em baixo. Não queria vestir-me, não queria sair da cama, não tinha vontade para fazer nada, não tinha vontade para estar com os meninos, ouvi-los... claro que tinha que estar, mas não era a mesma coisa.”

Tabela 5 - Consequências do desemprego

As consequências do desemprego têm vindo a ser alvo de diversas investigações, neste caso, decidi separar as mesmas por 4 subcategorias, de modo a analisar os impactos familiares, sociais, económicos e psicológicos que o desemprego provocou na vida dos entrevistados.

Como é observável na tabela, algumas consequências são transversais a algumas subcategorias, podemos ver isso logo no primeiro testemunho, quando a entrevistada refere que não tem dinheiro para pagar a carta de condução ao filho (E1). Isto remete-nos logo para uma consequência económica, isto é, a falta de um rendimento que suporte este dispêndio. Por sua vez, causa também um transtorno familiar entre a mãe e o filho, o que vai implicar um impacto ao nível social, sendo que

a entrevistada refere que dentro do grupo de amigos do filho, apenas ele não tem a carta. Neste seguimento, a mesma entrevistada revela que as pessoas desempregadas e beneficiárias de RSI, são conectadas com um tipo de pessoa com a qual ela não se identifica, podendo-se aqui destacar os preconceitos construídos pela sociedade em que vivemos.

Os impactos que se fazem sentir mais na vida dos entrevistados, são precisamente os económicos, sendo que estes, geralmente, levam a impactos de contexto familiar. Os entrevistados abordam muito a questão de ter de cortar nas despesas e não puderem comprar o que outrora, quando tinham emprego, podiam. “Coisas superficiais” (E2) que deixaram de ser compradas ou feitas por causa da situação de desemprego.

Um impacto bastante relevante e, que na maior parte das vezes, é negligenciado ou secundarizado, é o psicológico. Em inúmeras situações, quando alguém fica desempregado, não são apenas as repercussões económicas que se fazem sentir e, a saúde mental das pessoas que experienciam o fenómeno de desemprego, é bastante débil. Podemos constatar isto através dos testemunhos dos entrevistados que afirmam que se encontravam em “situação de *burnout*” (E1) ou até mesmo a assegurar que a sua autoestima sofreu mudanças radicais, levando mesmo esta entrevistada a não ter vontade de nada, nem sequer de estar com os próprios filhos (E4).

Categoria	Subcategoria	Respostas
Apoios	Ajudas Estatais	E2 - “Tive um ano e meio a receber o fundo de desemprego”
		E4 - “Ainda estive uns 3 anos com o subsídio de desemprego”
		E8 - “tive dois anos e meio a receber subsídio de desemprego.”
	Ajudas de amigos	E1 - “uma amiga que me emprestou uma casa (...) Depois tenho amigas que às vezes me pedem “olha podias-me ajudar aqui a arrumar isto em casa, as gavetas...” essas coisas assim e pagam-me (...) também tenho amigos que têm quintas e que me levam “olha laranjas, batatas, cebolas ...” mas isso oferecem-me, porque somos amigos.”
Ajudas familiares	E2 - “tenho o apoio dos meus pais que sempre que podem ir às compras ou isto ou aquilo, ou como eles costumam dizer “é para a neta, é para a filha”	

		e acabam por ir ao supermercado e trazer-me umas compras ou “vinde cá comer”, um bocadinho por aí, para não faltar um bocadinho de nada.”
		E3 - “Só mesmo a minha sogra é que às vezes me ajuda, por exemplo, dá coisas aos meninos.”
		E4 - “Claro que tive apoio dos avós dos meninos, dos meus pais, das minhas irmãs. Tenho uma irmã que é professora e depois nasceu-lhe o bebé e ela quis aproveitar a colocação, levantou a licença e eu fiquei-lhe com o bebé para não ter que ir para um infantário. Ela pega, ao final do mês dava-me 100 eurinhos, 120... ajudava-me nalguns pagamentos e eu tomava-lhe conta do menino! Por isso, eu sempre tive apoio ou ia a casa da minha madrinha e vinha carregada que ela também tem terreno, tem batatas, tem couves, tem galinhas, dava-me ovinhos... eu nisso, sempre tive muito apoio!”
		E5 - “Eu recebo ajudas monetárias, não é? Da minha avó, mãe da minha mãe. Às vezes alguma família também ajuda, mas é mais a minha avó. Também com compras em si ou monetário quando é preciso pagar alguma conta.”
		E6 - “vivo em casa dos meus sogros e isso já é uma ajuda.”
		E8 - “vivo numa casa que os meus pais me deram e isso já me ajuda muito.”

Tabela 6 - Apoios prestados aos entrevistados

De forma a analisar os apoios que os entrevistados recebem, dividi os mesmos por três subcategorias. A primeira, as ajudas estatais, serve apenas para saber se após o despedimento, os entrevistados tinham beneficiado de subsídio de desemprego, ao que três deles disseram que sim.

Contudo, apesar de serem beneficiários do Rendimento Social de Inserção, as ajudas do Estado não chegam na maioria dos casos e, por este motivo, são as ajudas de amigos e da família que vêm colmatar algumas carências, fruto do desemprego.

Nas ajudas de amigos apenas uma entrevistada referiu que uma amiga lhe tinha emprestado casa, e que outras a ajudavam monetariamente a troco de alguns favores

domésticos. Mencionou ainda que como tinha amigos com quintas, estes davam-lhe frutas e legumes (E1).

Nas ajudas familiares, obtive mais respostas e os mencionados são, regra geral, os pais ou avós que ajudam com compras, dinheiro ou até mesmo habitação.

Categoria	Subcategoria	Respostas
RSI	Valor	E1 - "322 euros."
		E2 - "160 euros."
		E3 - "Recebo 700 euros."
		E4 - "Eu atualmente recebo 367 euros."
		E5 - "Não lhe sei dizer ao certo, porque a minha mãe também recebe e recebemos em conjunto. Mas acho que é entre 250 a 300 euros."
		E6 - "Acho que é 150 euros."
		E7 - "Eu acho que o valor que eles aplicam a cada pessoa são 180 euros, mas no nosso caso, enquanto casal, recebemos 317 euros."
		E8 - "Eu recebo 189 euros e 66 cêntimos."
	Condições para abdicar do RSI	E1 - "Em qualquer condição, é que eu acho que viver do Rendimento Social de Inserção é muito mau em todos os aspetos."
		E2 - "Neste momento, desde que aparecesse uma coisa que eu saiba fazer e que goste, os fins-de-semana não iriam ser muito impeditivos, mas normalmente uma pessoa prefere um emprego quando é de segunda a sexta e ter os fins-de-semana para estar com a família em casa, mas se tivesse que ser, não era por aí, porque dá sempre para conciliar ou manhãs ou tardes, agora é tudo à base de turnos..."
		E3 - "É assim, eu teria de ganhar mais ou menos o que estou a ganhar de RSI, nem que fosse menos 10 ou menos 20 euros. Mas sei que depois tenho subsídio de Natal, tenho subsídio de férias já é outra coisa, já é diferente. Nem que fosse ganhar para aí 650, já não me importava."
		E4 - "Qualquer condição é melhor do que 367 euros. É assim que eu penso! Eu atualmente tenho vergonha de ter o RSI, eu tenho vergonha de fazer parte das pessoas que recebem o RSI!"
		E5 - "Eu abdicar se isso causar algum progresso na minha vida, porque ainda sou jovem e é algo que procuro, é a progressão da minha vida em geral."

		E6 - “Sim, estaria! Algo que tivesse relacionado com o meu percurso profissional.”
		E7 - “Acha que 317 dá para alguma coisa? Qualquer pessoa preferia trabalhar, não é? As condições? Ser um trabalho digno.”
		E8 - “As condições? Eu quero é trabalhar para ganhar mais, porque 189€ o que é que isso dá?”

Tabela 7 - RSI

A categoria “RSI” serve essencialmente para analisar o valor que cada entrevistado ganha e quais as condições que um emprego tinha de ter para que eles estivessem dispostos a abdicar desse valor.

Como já vimos anteriormente, o Rendimento Social de Inserção pode ser requerido por qualquer cidadão português ou com residência em Portugal há pelo menos um ano que se encontre em situação de extrema vulnerabilidade e, cabe à Segurança Social avaliar essa mesma situação, de forma a selecionar quem recebe ou não. É importante evidenciar que o valor de RSI não é fixo, variando consoante a composição do agregado familiar e/ou os seus rendimentos se forem alterando.

Posto isto, verificamos que todos os entrevistados recebem bem menos que o salário mínimo nacional (635€), com a exceção de uma entrevistada que recebe 700€ (E3), isto porque esta tem 4 filhos. Ainda que o valor de RSI seja uma ajuda valiosa para quem não se encontra a trabalhar e esteja a passar por diversas dificuldades financeiras, é um valor que dá para muito pouco. A comparação com o salário mínimo português é feita porque, até mesmo esse valor, tem-se revelado insuficiente para a maioria das famílias, dado o custo de vida em Portugal, quanto mais um valor que é muito inferior a 635€. De notar ainda que todos os entrevistados vivem no concelho de Matosinhos, ou seja, abrangido pela área metropolitana do Porto, onde o custo de vida (principalmente o custo de habitação) tem vindo a aumentar. Daí a maior parte se queixar do valor e que “não dá para nada”, tendo uma entrevistada afirmado que “eu tenho vergonha de fazer parte das pessoas que recebem o RSI” (E4). Isto acontece porque, para além do valor que recebem não cobrir todas as suas despesas, eles ainda sofrem de preconceitos criados através do estereótipo de que quem é beneficiário de RSI “não faz nada, nem quer fazer”.

Assim, quando lhes é perguntado se estariam dispostos a abdicar deste valor se tivessem a oportunidade de arranjar emprego, todos eles me responderam que sim. No que se relaciona com as condições para o fazerem, as respostas passam muito por eles quererem apenas um trabalho que lhes permita obter um rendimento superior ao valor de RSI, com exceção de dois entrevistados. Uma entrevistada disse que tinha de receber um valor aproximado daquele que recebia de RSI (E3) e outro entrevistado respondeu que para aceitar um trabalho este teria de “causar algum progresso na minha vida” (E5).

Fazendo então uma análise geral destas categorias, podemos concluir que as fragilidades que o desemprego causa nas vidas dos entrevistados são vastas e afetam-nos em diferentes níveis. Ainda que nalgumas categorias as respostas se assemelhem, todas as vivências e experiências de cada entrevistado e entrevistada são diferentes. As categorias que talvez nos consigam mostrar melhor estas diferenças são as consequências do desemprego, mesmo que tenha sido economicamente onde se manifesta mais impacto, assim como nos apoios que são prestados aos entrevistados.

2. Avaliação do Projeto *Click* por parte dos entrevistados

Neste segundo ponto, para concluir este capítulo, serão apresentados os dados referentes à categoria “Satisfação com o Projeto *Click*”, onde analisamos o ponto de vista por parte dos participantes em relação ao projeto.

Categoria	Respostas	Subcategoria	Respostas
Satisfação com o Projeto <i>Click</i>	E1 - “é um projeto excelente”	Maior contributo	E2 - “Foi ser diferente, é uma novidade. Não me prejudicou em nada, se é para ajudar é bem-vindo”
	E3 - “Eu gostei muito do projeto”		E3 - “É assim eu gostei e gosto de andar aqui e conheci amigas que se calhar vão ficar para vida toda, foram coisas positivas.”
	E3 - “É assim eu no projeto acho que está tudo bem”		E4 - “Ai, para mim, foi a melhor coisa que aconteceu. Porque estava isolada, sozinha, que é uma coisa que eu não suporto, eu odeio

			estar sozinha! E então veio trazer a esperança que faltava”
	E4 - “Adorei este projeto, nunca mais vou esquecer na minha vida!”		E5 - “Foi a experiência que adquiri, mesmo até os detalhes mais pequenos, por exemplo não meter coisas no currículo que não sejam necessárias, em contexto de trabalho aprender a saber lidar com colegas que sejam problemáticos”
	E5 - “Acho que foi um projeto proveitoso.”		E6 - “De me ter dado a oportunidade de estagiar no Pingo Doce.”
			E8 - “foi arranjarem-me uma experiência como eu nunca tive, porque eu só tinha trabalhado em obras, carpintaria e não sei quê e foi uma mudança total. Eu nem pensava que era capaz de fazer uma coisa daquelas e consegui como se já fizesse aquilo há muito tempo.”
	E6 - “Eu gostei do projeto”		E1 - “aproxima de uma entidade empregadora, porque nos faz sair de casa, porque nos dá outro rumo, eu acho que é excelente.”
	E8 - “Eu gostei muito do projeto, acho que foi ótimo.”		E2 - “foi um projeto que pelos vistos tem saída, não demora muito tempo, são organizadas, são corretas, são objetivas e, quem realmente precisar, é uma mais valia”
		Vantagens	E2 - “Mesmo o estar com os colegas, mesmo os que estavam desmotivados, foi bom para eles acordarem um bocadinho para a vida”
			E4 - “em termos de experiência, foi fantástico”
			E4 - “só de saber que eu estava num projeto que me podia dar um emprego, porque é um projeto diferente, foi o único onde eu entrei com a oportunidade de fazer estágio, já considero uma mais valia!”
			E5 - “é sempre um empurrão extra”

			<p>E5 - “Foi num sítio acessível para a maioria de nós”</p> <p>E6 - “as coisas boas foram o relacionamento com os colegas e o apoio que tive das técnicas e dos colegas”</p> <p>E7 - “a vantagem do Projeto Click é ter uma oportunidade”</p> <p>E8 - “Aprendemos aqui muita coisa.”</p>
		Desvantagens	<p>E1 - “Eu acho que não há desvantagens”</p> <p>E4 - “a única coisa má que eu vi em relação ao projeto é o tempo! Foi muito pouco tempo.”</p> <p>E4 - “foi um projeto curto, não foi tempo suficiente para as formadoras nos conhecerem bem.”</p> <p>“No projeto em si, eu não vi ponto negativo nenhum”</p> <p>E5 - “Não tenho nada de negativo a apontar.”</p> <p>E7 - “também é um tiro no escuro, é uma aposta que as pessoas fazem para ver se conseguem uma oportunidade.”</p> <p>E7 - “As desvantagens, eu vou-lhe ser sincero, eu detestava vir para aqui para as reuniões e também cria um misto de esperança, desilusão e ansiedade.”</p> <p>E7 - “não me trouxe nada de novo.”</p> <p>E8 - “não vejo nada de mal”</p>
		Aspetos a mudar	<p>E1 - “Não sei se seria necessário mais tempo”</p> <p>E2 - “foi se calhar pouco tempo, porque ao fim de mais tempo as pessoas conhecem-se melhor e os objetivos são maiores, mas para um projeto de pouca duração foi conclusivo.”</p> <p>E4 - “foi só mesmo o tempo. Mesmo as sessões individuais e as sessões em grupo, foi pouquinho tempo.”</p> <p>E7 - “Era bom se fosse lá mais próximo, tal como os outros iriam</p>

			<p>desejar e claro que tenho de compreender isso. Depois há a questão da bolsa de estágio que nos dão que é simplesmente ridícula. Uma vez numa sessão ouvi uma senhora a dizer que estávamos a fazer trabalho de escravo, não digo que fosse de escravo, mas foi ridículo.”</p>
		<p>Sessões de coaching</p>	<p>E1 - “aqui para nós, aquelas conversas que nós temos das 9 e meia à uma da tarde em que não se diz nada, para mim não se diz nada (...) falávamos de “batatas” todo o tempo, peço desculpa, mas para mim acho que havia muita coisa supérflua, não se falava de nada.”</p> <p>E2 - “É assim, no meu caso se calhar... é sempre uma mais valia (...) é uma mais valia para nós não adormecermos, para estarmos ativos, para procurar trabalho porque há muita gente que realmente cruza os braços (...) Aprendemos uns com os outros, aprendemos a ouvir mais e a ficar calados e só a absorver aquilo que realmente faz falta.”</p> <p>E3 - “aprendi que tenho de ter mais confiança em mim, dar-me mais valor a mim, não me rebaixar tanto...”</p> <p>E4 - “foi fundamental! Imagina que nós não tínhamos esta pequena preparação, o contexto em sala e íamos cair assim numa empresa? Ia custar muito mais, porque nós estávamos longe do mundo do trabalho há muitos anos (...) algumas coisas foi reviver, que eu já as sabia, portanto eu só vim lembrar. É assim, eu dizer que aprendi alguma coisa nova, não aprendi, eu vim foi reaprender coisas que já estavam adormecidas (...) Nunca mais esqueci as sessões de coaching e pude aplicar na</p>

		<p>prática tudo o que aprendemos na teórica! Tanto que chegou a haver um conflito lá no Pingo Doce e eu podia ter opinado e não o fiz, porque me lembrei daquilo que falámos na sala.”</p> <p>E5 - “No geral, acho que foram detalhes. Se tiver de ir para um sítio sozinho não fazia tudo dessa maneira, tipo ser mais assertivo numa entrevista, saber como nos havemos de comportar caso algum colega seja mais problemático e assim, foram mesmo esses detalhes que nos podem ajudar bastante.”</p> <p>E6 - “As competências que aprendi ajudaram-me muito para ter uma avaliação positiva lá no Pingo Doce (...) por exemplo aqueles exercícios que fazíamos nas sessões todos juntos, ajudaram-me a trabalhar em equipa.”</p> <p>E7 - “eu detestava vir para aqui para as reuniões e também cria um misto de esperança, desilusão e ansiedade (...) as sessões não me modificaram em nada, simplesmente fiz o meu trabalho à minha maneira.”</p> <p>E8 - “Sim, sem dúvida. Eu não estava habituado, por exemplo, a lidar com clientes e as sessões prepararam-me para esse tipo de situação. Conseguí interagir muito com os clientes (...) aprendi a lidar com os clientes e a desempenhar bem o serviço.”</p>	
		<p>Mentoria profissional</p>	<p>E1 - “depois também tive o azar da minha mentora lá no Pingo Doce teve dois ou três dias comigo e eu andei ali digamos a fazer recados, que não me importa, obviamente, mas não tive uma mentora comigo, um dia andava com um, no outro andava com outro (...) Não posso dizer que me tenha enchido as</p>

expetativas, não é? Pronto, foi... razoável. Não saí de lá “ai que maravilha”, não! Não porque também tive isso, não é? A mentora não teve comigo e como andei com várias pessoas, portanto não tive uma mentora seguida.”

E2 - “Sim, gostei. E é pena se calhar não fazerem outro projeto a seguir em Matosinhos com outras pessoas diferentes (...) eu os onze dias que fiz de estágio não era em termos de reposição diretamente, mas indiretamente em termos de trabalhar com uma máquina, de fazer preços, de fazer faltas, tive que aprender outro tipo de coisas que já estavam adormecidas, de maneiras diferentes e anos diferentes, que agora fez-me relembrar e melhorar.”

E3 - “o mal foi na área do Pingo Doce porque devia de andar uma pessoa comigo a ajudar-me e a ensinar, enquanto que eu andei sozinha. Se não fosse eu por sentido próprio fazer outras coisas, deixavam-me no canto ali sozinha (...) Eu faltei, mas justifiquei, entreguei papel e tudo, só que os dias que eu fui, não tive ajuda nenhuma! (...) Olhe eu até cheguei a ir ao armazém e você nem sabe como aquilo estava, até se assustava. Eu cheguei a trepar para ir buscar coisas a clientes, que nem devia ser eu, eu era estagiária. Mas eu esforcei-me, mais até do quem estava lá a trabalhar!”

E4 - “Correspondeu e vou-lhe dizer porquê! Pelo apoio que eu tive, porque eu no fundo estava com receio quando fosse para a empresa não houvesse tanta disponibilidade, achei que podia correr o risco de ser aproveitada os 11 dias que lá estive. Portanto

		<p>como eu pensei que isso podia acontecer, foi incrível porque eu tive apoio a 100% da responsável, eu nunca estive sozinha! Eu aprendi mesmo, eu tirei partido dos 11 dias!”</p> <p>E5 - “eu gostei bastante de lá estar dentro da empresa, tive a aprender e gostei muito.”</p> <p>E7 - “O estágio? Eu do estágio gostei. Aliás, eu sempre disse que gostava mais de ir para lá do que vir às sessões, até porque aprendi coisas novas com o estágio.”</p> <p>E8 - “Eu gostei muito e fui sempre cumpridor, desenvolvi bem as funções numa área em que nunca tinha trabalhado. E fazia as coisas sem problema e nunca me disseram que eu tinha feito alguma coisa mal.”</p>
	Celebração de contrato	<p>E1 - “Não.”</p> <p>E2 - “Não, ainda não.”</p> <p>E3 - “Não, porque é assim, a Graça ainda vai falar com o gerente, mas pelo que ele me disse, ele só tem coisas negativas contra mim.”</p> <p>E4 - “Tive, já celebrei!”</p> <p>E6 - “Não, mas gostaria.”</p> <p>E7 - “Ainda não tive feedback, tive uma avaliação positiva, mas ainda não me disseram nada.”</p> <p>E8 - “Não.”</p>
	Impacto do projeto	<p>E1 - “Acho que sim, teve. Também não vou dizer que foi 100%, não foi, mas ajudou. Quanto mais não seja ajudou-me neste caso a sair de casa e pôr os meus irmãos a ajudar, percebe? Teve aqui outra parte que não tenha a ver diretamente com o projeto, mas que me acabou por ajudar, que eu estava muito focada nos meus pais e ao ter que vir até aqui também saí um bocadinho.”</p> <p>E2 - “Sim, se for para daqui para o futuro ter conseguido ter</p>

		realmente um trabalho graças ao projeto, claro eu sim.”
		E4 - “O projeto teve um impacto muito positivo na minha vida, porque não estava a fazer nada e agora encontrei trabalho, só ao fim-de-semana, mas já foi um enorme passo.”
		E5 - “Sim, sim. Principalmente por me sentir mais preparado para encarar uma empresa que se calhar, antes não conseguia.”
		E7 - “Tudo depende se eu fico com o emprego ou não.”
		E8 - “Sim, foi, foi! Até porque me deu a oportunidade de ir estagiar e talvez venha a ser contratado, além de ser uma coisa nova que posso meter sempre no currículo.”

Tabela 8 - Satisfação com o Projeto Click

De forma a avaliar o Projeto *Click* por parte dos participantes, aquando a realização das entrevistas, reservei as últimas perguntas para lhes questionar a sua opinião sobre tudo o que envolvia o projeto. Assim, as suas respostas deram origem à categoria “Satisfação com o Projeto *Click*”, que por sua vez, deu origem a subcategorias que estruturam de forma mais organizada tudo o que é relacionado com o mesmo.

Em geral, os entrevistados gostaram do projeto, destacando que o maior contributo foi terem tido uma oportunidade de aprenderem coisas novas e estagiarem nas empresas, permitindo-lhes desenvolver competências pessoais e sociais. Neste seguimento, as vantagens que são mencionadas passam pelas aprendizagens adquiridas, a relação com os colegas, a preparação para o mercado de trabalho, algo que lhes estava a faltar e ter sido um “empurrão extra” (E5). Por outro lado, ainda que a maioria não veja desvantagens no projeto, há algumas que são apontadas pelos entrevistados, como a duração que na sua opinião deveria ter sido mais longa, ser um projeto que não garante trabalho, “é um tiro no escuro” (E7) refere um entrevistado, o que pode criar falsa esperança e ansiedade e, há ainda um entrevistado que refere que as reuniões como uma desvantagem, na medida em que ele não gostava de ir e não lhe terem trazido nada de novo (E7).

Nos aspetos a mudar, três entrevistados referiram precisamente o tempo de duração do projeto que, nas suas opiniões, deveria ser mais longo (E1), (E2), (E4). Há ainda um entrevistado que refere que o valor da bolsa de estágio que lhes era dado “foi ridículo” (E7).

A subcategoria “sessões de *coaching*” engloba as respostas que se relacionavam com esta fase do projeto, se foi importante e se os entrevistados aprenderam alguma coisa nestas sessões. Dos oito participantes entrevistados, apenas dois se mostraram insatisfeitos com as sessões (E1) e (E7), afirmando que “não se falava nada” ou que não tinham aprendido nada e que “simplesmente fiz o meu trabalho à minha maneira.” Apesar destas duas respostas mais negativas referentes às sessões coletivas, os restantes entrevistados mostraram-se agradados, dizendo que tinham aprendido, bem como desenvolvido competências comportamentais.

Já no que concerne à mentoria profissional, isto é, o estágio de 11 dias que cada participante fez numa empresa previamente escolhida, todos os entrevistados gostaram desta fase e puderam aplicar as competências que haviam aprendido na fase anterior (sessões de *coaching*). Há duas exceções, a primeira que expõe que a mentora designada para a acompanhar, não o fez e, que tinha sempre pessoas diferentes a fazer este trabalho de acompanhamento que cabia à sua mentora (E1). Na mesma circunstância, houve uma outra entrevistada que referiu que ela nem sequer acompanhamento teve, nem da mentora, nem de ninguém, ainda que se tenha esforçado no desempenho das suas funções (E3).

Até ao momento da realização das entrevistas, apenas uma entrevistada tinha tido a oportunidade de celebrar contrato (E4), apesar de alguns ainda estarem à espera de feedback das empresas ou terem o seu currículo reencaminhado para os Recursos Humanos.

Por fim, através das respostas recolhidas na subcategoria “impacto do projeto”, verificamos que este foi positivo, sendo que após o seu término, os participantes sentiam-se mais confiantes e preparados para fazer uma procura de emprego mais ativa e assídua.

Em suma, a avaliação que os participantes entrevistados fazem ao *Click* é bastante positiva, traduzindo-se essencialmente numa aprendizagem e numa

oportunidade que vai além de inserir pessoas no mercado de trabalho, mas também de lhes dar ferramentas para que isso aconteça.

Considerações Finais

Após o término da investigação é necessário refletir sobre toda a análise feita, neste relatório, para que se possam tirar conclusões.

Portugal é, no universo de países da União Europeia um país de baixos rendimentos, e a crise económica veio acentuar ainda mais este facto. Por sua vez, o desemprego reproduz uma situação de redução de rendimento disponível dos indivíduos e respetivos agregados familiares. (Carmo & Cantante, 2015) Isto implica que muitas famílias e indivíduos recorram ao Rendimento Social de Inserção, não tendo outra alternativa.

Apesar das muitas investigações acerca do desemprego, este revela-se um tanto ou quanto difícil de conceptualizar. Devido à crescente diversidade do trabalho e do emprego, as relações com ambos aumentam e, portanto, com o desemprego a complicar a sua quantificação, inserindo modificações no seu significado social, diversificando as suas vivências e, pior, limitando o acesso às proteções na eventualidade de desemprego. O desemprego pode, então, ser definido como um problema social complexo. (Araújo, s.d.)

A complexidade do desemprego advém das inúmeras experiências que cada desempregado vive e, podemos até afirmar que as vivências dos indivíduos desempregados atualmente, são bem diferentes, uma vez que passaram por intensas mudanças que se unem às questões elementares relativas à identidade, isto é, ao discernimento do eu e do outro. Assim, constata-se as alterações que se dão ao nível identitário dos desempregados, isto porque o trabalho constitui-se como um elemento fundamental na vida de todos os indivíduos com emprego, e quando há essa desagregação entre indivíduo e trabalho, este aduz uma rutura na sua identidade, sendo que, com a falta de trabalho não apresenta o prestígio e o estatuto social que este lhe confere.

Esta investigação tinha como objetivo principal perceber as vivências do desemprego, os impactos que este tem na vida de quem o experiencia e, perceber ainda se o Projeto *Click*, que por sua vez tem como objetivo ativar competências para a empregabilidade, teve um impacto positivo na vida dos participantes.

Ao longo do relatório, são diversas as vezes que se aborda as consequências do desemprego e como este altera a vida dos indivíduos. É de salientar que, como temos vindo a comprovar todas as trajetórias são diferentes, sendo que cada experiência é pessoal. O que podemos afirmar ser comum a todas as pessoas desempregadas, são as situações de elevado risco geradas, principalmente, nos segmentos sociais mais vulneráveis.

O estágio curricular deu-me a oportunidade de não só interagir e trabalhar ao lado de profissionais extremamente competentes e com uma vasta experiência nas questões sociais, como me permitiu compartilhar momentos com o *target* (participantes do projeto) desta investigação, permitindo o desenvolvimento das minhas técnicas metodológicas. Neste seguimento, considero importante deixar algumas notas respeitantes a todo este processo.

Temos vindo a debater a infinidade de vivências de quem se encontra ou encontrou desempregado. Mas, a questão que se coloca é: Como é, realmente, viver o desemprego?

Através dos métodos utilizados para a redação deste relatório, há várias conclusões que podemos retirar. A primeira conclusão é que não devemos limitar os impactos do desemprego apenas aos transtornos económicos. Isto acontece porque quando pensamos em pessoas desempregadas ou nos deparamos com essa situação, o que nos ocorre de imediato, são as vulnerabilidades económicas associadas a esta circunstância. Mas nem só economicamente, a situação é impactante. Pude comprovar este argumento através não só da recolha de dados das entrevistas, mas também enquanto observadora direta nas sessões de *coaching*. Houve participantes que afirmaram que não só pela necessidade de rendimentos, mas pela necessidade de saírem de casa, de estarem com pessoas, de conhecerem novas caras, o que eles queriam mesmo era encontrar um trabalho que lhes permitisse desenvolver precisamente estas ligações sociais que, para alguns deles, há muito que estavam quebradas.

Outra curiosidade que considero oportuna destacar é que a maioria dos participantes tinha filhos e, havia sempre alguns que os identificavam como motivo de faltar às sessões coletivas. Ainda assim, e como mencionei, todos eles se comportavam de maneiras diferentes face às adversidades. Um exemplo deste argumento, foi uma

participante que tinha um filho autista e que abordou este assunto várias vezes, expondo as dificuldades que tinha em muitas vezes conseguir conciliar os horários para lhe dar a merecida atenção, contudo, nunca faltou nem às sessões de *coaching*, nem aos 11 dias de mentoria profissional. Por outro lado, temos uma participante que por várias vezes não compareceu às sessões de *coaching*, nem aos dias de estágio, apresentando como motivo de justificação para as suas faltas, os seus filhos. Enquanto análise sociológica, não me cabe a mim tecer pré conceitos face a esta situação, porque de facto, não pude interagir com a participante de forma aprofundada, contudo, considero importante fazer esta comparação para mostrar as diferentes formas como cada pessoa lida com as dificuldades e, por sua vez, como este tipo de comportamento pode afetar não só a procura de emprego, como a possibilidade de obter um.

Outro aspeto que gostaria de salientar é a forma de encarar a situação de desemprego pelos diferentes grupos etários, principalmente as diferenças entre os DLD e os jovens NEET. Uma vez mais, através principalmente da observação direta, pude comprovar que são os mais velhos e que se encontram desempregados há mais tempo, que olham para o desemprego com uma postura muito mais preocupada em comparação com os participantes mais novos que, ainda que com diversas responsabilidades, encaravam a sua situação de uma forma muito mais relaxada.

Respondendo então, à questão que coloquei, através da minha observação e análise, viver o desemprego tem múltiplas facetas, como tem vindo a ser afirmado. É essencial evidenciar que a pessoa desempregada, não **É** desempregada, mas **ESTÁ** desempregada, ou seja, é uma condição que é reversível. Assim, haverá sempre inúmeras formas de viver o desemprego e de o encarar, dependendo não só da pessoa, mas também da fase em que se encontra e das circunstâncias que a envolvem.

No que concerne ao Projeto *Click* enquanto projeto dinamizador de competências, considero que o seu impacto tenha sido positivo. A maioria dos participantes mostrou-se satisfeito por ter tido a oportunidade de participar no projeto. Ainda que nas entrevistas que realizei, apenas uma entrevistada (E4) tenha afirmado que teve oportunidade de celebrar contrato, é de salientar que, para além dela, mais 6 participantes celebraram contrato com as empresas onde fizeram a mentoria profissional e, outros 5 estavam a aguardar vaga para colocação.

Deste modo, concluímos que o projeto, de forma geral, mostrou-se vantajoso e, para além de proporcionar o desenvolvimento e aprendizagem de competências para a empregabilidade, ofereceu concretamente, a oportunidade de emprego a 7 participantes.

Referências Bibliográficas

- Aguiar-Conraria, L., Alexandre, F., & de Pinho, M. C. (s.d.). *O euro e o crescimento da economia portuguesa: Uma análise contrafactual*. 23.
- Alexandre, F., Bação, P., Lains, P., Martins, M. M. F., Portela, M., & Simões, M. (2014). *A economia Portuguesa na União Europeia, 1986-2010*. Actual.
- Araújo, P. (s.d.). *Desemprego*. Observatório Sobre Crises e Alternativas. https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=7708
- Beck, U. (1998). *La Sociedad del Riesgo: Hacia una nueva modernidade*. PAIDOS IBERICA.
- Caleiras, J. (2004). *GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E DESEMPREGO - Trajetórias de exclusão e estratégias de enfrentamento*. 21.
- Caleiras, J. (2008). Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos. *e-cadernos CES, 02*. <https://doi.org/10.4000/eces.1472>
- Carmo, R. M. do, & Cantante, F. (2015). Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: Tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira. *Sociologia, Problemas e Práticas, 77*, 33–51. <https://doi.org/10.7458/SPP2015773311>
- Carmo, R. M., & Cantante, F. (2014). Precariedade, desemprego e proteção social: Caminhos para a desigualdade? *Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL, CIES-IUL*. <http://wp.me/p4h6tu-m3>
- “CLICK – Ativar competências de Empregabilidade”—EAPN. (s.d.). EAPN. <https://www.eapn.pt>

Conselho da União Europeia. (2016). *Recomendação do Conselho, de 15 de fevereiro de 2016, sobre a integração dos desempregados de longa duração no mercado de trabalho*. 1, 5.

Departamento de Prestações e Contribuições. (2020). *Guia Prático – Rendimento Social de Inserção*. Instituto da Segurança Social, I.P.

Eichhorst, W., Hinte, H., & Rinne, U. (2013). *Youth Unemployment in Europe: What to Do about It?* 20.

Ferreira, H., Gonçalves, N., & Afonso, Ó. (2014). *Sobre(vidas): A economia informal e a inclusão social de públicos desfavorecidos* (EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza).

Ferreira, R. S. (2015). Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: O embrutecimento do estado. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIX, 147–169.

História—EAPN. (s.d.). EAPN. <https://www.eapn.pt>

Hughes, D., & Borbély-Pecze, T. B. (2014). *Desemprego Jovem: Uma Crise Instalada—O papel das políticas de orientação ao longo da vida na resposta à oferta e procura de trabalho*. 21.

INE. (s.d.). *Sistema Integrado de Metainformação—Conceitos*. <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes?id=410&lang=PT>

Lourtie, P. (2011). Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais (R:I)*, 32, 061–105.

Padre, S. (2012). *O impacto da situação de desemprego no bem-estar subjectivo: o papel do suporte social percebido e das estratégias de coping* [Universidade do Algarve]. <https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/5986/1/tese%20CD.pdf>

PAREESCUTEOLHE. (2016). O RSI, um apoio temporário para famílias carenciadas.

Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.

<https://adcmoura.pt/pareescuteolhe/?p=743>

PORDATA - *População desempregada há 1 ano ou mais: Total e por grupo etário.* (s.d.).

<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+desempregada+h%C3%A1+1+ano+ou+mais+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio-3246-292092>

PORDATA - *População empregada: Total e por grandes sectores de actividade económica.*(s.d.).

<https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+empregada+total+e+por+grandes+sectores+de+actividade+econ%C3%B3mica-32>

PORDATA - *Taxa de desemprego: Total e por grupo etário (%).* (s.d.).

[https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+\(percentagem\)-553](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+(percentagem)-553)

PORDATA - *Taxa de desemprego: Total e por nível de escolaridade completo (%).* (s.d.).

[https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+\(percentagem\)-1009](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+(percentagem)-1009)

PORDATA - *Taxa de desemprego: Total e por sexo (%).* (s.d.).

[https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)

Protocolo IEFN - EAPN. (s.d.). <https://iefn.eapn.pt/index.php>

Quem Somos—EAPN. (s.d.). EAPN. <https://www.eapn.pt>

Reis, J., Rodrigues, J., Santos, Ana, Teles, N., Costa, A., Caldas, J. C., Leite, J., Costa, H. A., Silva, M. C. da, Almeida, J. R. de, Hespanha, P., Ferreira, S., Pacheco, V., Ferreira,

- A. C., & Pureza, J. M. (2013). *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas—1º Relatório, preliminar, do Observatório sobre Crises e Alternativas*. CES/Observatório sobre Crises e Alternativas. <http://hdl.handle.net/10316/43200>
- Relatório do Conselho de Administração—2009*. (2010). 397.
- Ribeiro, R., Frade, C., Coelho, L., & Ferreira-Valente, A. (2015). *Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares*. 19.
- Sá, V. (2014). *O Desemprego Jovem em Portugal* [Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25429/1/O%20Desemprego%20Jovem%20em%20Portugal.pdf>
- Santos, S., & Marques, J. (2014). O Rendimento Social de Inserção e os beneficiários ciganos: O caso do concelho de Faro. *Sociologia : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 37–56.
- Silva, P. A. e, & Pereira, M. T. (2012). As políticas de proteção no desemprego em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, 133–150. <https://doi.org/10.7458/SPP2012701214>
- Valadas, C. (2013). Mudanças nas políticas: Do (des)emprego à empregabilidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, 89–110. <https://doi.org/10.4000/rccs.5479>

ANEXOS

Guião para as entrevistas

• Percurso profissional

1. Quais as suas habilitações escolares? [ensino regular; profissional ou RVCC]
2. Com que idade começou a trabalhar e quais as profissões que já teve?
3. Qual foi o seu último emprego e qual era o tipo de contrato de trabalho?
4. Há quanto tempo se encontra desempregado(a)? Quais as razões que levaram ao seu despedimento?
5. Após o seu despedimento, recebeu subsídio de desemprego?

• Práticas desenvolvidas para a (re)inserção profissional

6. Como é que faz a procura ativa de emprego?
7. Costuma ter acesso a ofertas de emprego? Qual é o feedback em termos de respostas?
8. Quais as maiores dificuldades que sente quando procura emprego? Porque é que acha que não consegue um emprego?
9. Quais as principais consequências que o desemprego teve na sua vida? [Ao nível da habitação; educação/formação; saúde...]

• Impactos familiares

10. Qual a composição do seu agregado familiar?
11. Quais as principais consequências do desemprego ao nível da relação familiar?
 - 11.1. E ao nível da gestão do rendimento?
12. Quanto recebe de RSI?
 - 12.1. Estaria disposto(a) a abdicar ou a suspender o RSI para voltar ao mercado de trabalho? Se sim, em que condições?

- **Sociabilidades**

13. Recebe algum tipo de apoio dos amigos e familiares desde que ficou desempregado(a)?

- **O Projeto Click**

14. Qual a sua opinião sobre o projeto Click? Fale-me das vantagens e desvantagens que encontrou no projeto.

15. Qual o principal contributo que o projeto Click teve na sua vida?

16. Mudava alguma coisa no projeto?

17. As sessões de Coaching serviram essencialmente para desenvolver competências pessoais. Acha que este passo foi essencial para a preparação da fase de mentoria profissional?

17.1. Aprendeu algo novo nas sessões? Se sim, o quê?

18. A fase de mentoria profissional é muito importante no projeto, gostou desta fase, isto é, correspondeu às suas expectativas?

19. Sente que a mentoria profissional foi relevante na evolução pessoal das suas competências comportamentais desenvolvidas nas sessões de Coaching?

20. Após a mentoria profissional, teve oportunidade de celebrar contrato com a empresa?

20.1. Se não, acha que poderá celebrar num futuro próximo?

21. Quais as principais dificuldades que gostaria de ver resolvidas na sua vida?

21.1. Acha que o projeto pode ter tido um impacto positivo nesse sentido?

22. Agora que o projeto acabou, sente-se mais preparado(a) para fazer procura ativa de emprego?